



Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

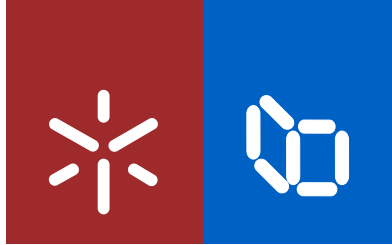
Maria Inês Sousa Pinto Mota

**A Teoria das capacitações de Martha
Nussbaum: um ensaio crítico**

Maria Inês Sousa Pinto Mota **A Teoria das capacitações de Martha Nussbaum: um ensaio crítico**

UMinho | 2016

outubro de 2016



Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Maria Inês Sousa Pinto Mota

**A Teoria das capacitações de Martha
Nussbaum: um ensaio crítico**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Filosofia Política

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor João Ribeiro Mendes

Declaração

Nome: Maria Inês Sousa Pinto Mota

Endereço eletrónico: inespinto_21@hotmail.com

Telefone: 917853919

Número do Bilhete de Identidade: 14183754

Título dissertação: A Teoria das capacitações de Martha Nussbaum: um ensaio crítico.

Orientador: Professor Doutor João Ribeiro Mendes

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado: Mestrado em Filosofia Política

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho,

Assinatura:

Agradecimentos

Nesta secção quero deixar algumas palavras de agradecimento a todas as pessoas que, ao longo do meu Mestrado em Filosofia Política me ajudaram a cumprir os meus objetivos e a realizar esta etapa da minha formação académica.

Ao Professor Doutor João Ribeiro Mendes, o meu agradecimento pela sua orientação neste Projeto. Muito obrigada pelo seu apoio, pela sua disponibilidade e pelas suas críticas construtivas. A sua ajuda foi determinante na elaboração desta Dissertação.

À minha mãe Elisabete, pelo incentivo, pelo apoio incondicional e pela paciência nos momentos de maior stress.

Ao meu namorado Tiago, um agradecimento especial pelo apoio e carinho diários, pelas palavras doces e pela transmissão de confiança e de força, em todos os momentos.

Aos meus avós Maria José e António, pelo apoio e por contribuírem como a minha pequena amostra na pesquisa das suas faixas etárias que elaborei para esta Dissertação.

Aos Meus Amigos, por me ouvirem sempre, me apoiarem e pela partilha de todos os momentos, bons e maus.

O meu profundo agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação, estimulando-me intelectual e emocionalmente.

Resumo

Intitulada *A Teoria das Capacitações de Martha Nussbaum: um ensaio crítico*, esta dissertação visa abordar a teoria das capacitações de Martha Nussbaum relacionando essa teoria com as capacitações que vamos perdendo com o envelhecimento.

Nesta dissertação é analisada a teoria das capacitações que Martha Nussbaum aborda nas suas obras e refletida a possível ligação entre longevidade e qualidade de vida.

Todos estes temas são analisados neste trabalho para que possamos dar resposta às necessidades que os idosos têm para o alcance de uma boa qualidade de vida. Para que essa qualidade de vida seja alcançada, a teoria das capacitações foi analisada para perceber quais as necessidades que os idosos têm e assim projetar a nossa atenção para colmatar essas carências.

Palavras-chave: Capacitações; Longevidade; Qualidade de vida.

Abstract

Entitled *The Theory of Capabilities of Martha Nussbaum: a critical essay*, this dissertation aims to address the theory of capabilities of Martha Nussbaum relating this theory with the capabilities that we will lose with aging.

In this dissertation is examined the theory of capabilities that Martha Nussbaum discusses in his works and reflected the possible link between longevity and quality of life.

All these themes are analyzed in this work so that we can answer to the needs that the elderly have to achieve a good quality of life. For that quality of life is attained the theory of skills was analyzed to see what the needs that the elderly have and so projecting our attention to remedy these deficiencies.

Key Words: Capabilities; Longevity; Quality of Life.

Índice

Declaração	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Índice	vii
Introdução.....	1
Capítulo 1. A teoria das capacitações de Martha Nussbaum.....	5
1.1. Natureza e evolução da teoria.....	5
1.1.1. <i>Capability</i> = Capacitações vs Capacidades	5
1.1.2. O que é a teoria das capacitações.....	8
1.1.3. A lista das capacitações	10
1.2. Críticas da autora a concepções alternativas	14
1.2.1. Rawls e Nussbaum.....	15
1.2.2. Crítica ao relativismo cultural	17
1.2.3. Críticas ao enfoque do PIB	18
1.2.4. Críticas ao enfoque utilitarista	18
1.2.5. Crítica ao enfoque dos recursos	19
1.2.6. Crítica ao enfoque baseado nos direitos humanos	20
1.3. Críticas dirigidas à teoria das capacitações	20
1.3.1. A partir do comunitarismo de Walzer	20
1.3.2. Crítica de uma vida igualmente boa para todos.....	22
1.4. Proposta de aperfeiçoamento da teoria das capacitações	23
1.5. Teoria das capacitações vs. Teoria das necessidades humanas (Ian Gough e Len Doyal).....	24
1.5.1. Aspectos convergentes	24
1.5.2. Aspectos divergentes	25
Capítulo 2. Capacitar para a longevidade e para a qualidade de vida	31
2.1. O Envelhecimento	32

2.2. Aumento das limitações dos idosos.....	33
2.3. Preferências, desejos e hábitos	36
2.3.1. Maus tratos a idosos	38
2.3.2. Fatores Psicológicos	41
2.4. As capacitações e os idosos	43
2.4.1. Adaptação da lista das capacitações	46
2.5. Papel da família	49
2.5.1. Rawls e a família: a leitura de Nussbaum	53
2.6. Idosos – Diferenças entre sociedades orientais e sociedades ocidentais	57
2.7. Martha Nussbaum e o envelhecimento.....	59
2.8. A Longevidade e a Qualidade de vida.....	62
2.8.1. Definir qualidade de vida.....	63
2.8.2. Desenvolvimento humano – expansão das capacitações e das liberdades	65
2.8.3. O envelhecimento e a qualidade de vida	68
Capítulo 3. A aplicabilidade da teoria das capacitações: uma ilustração	71
3.1. Apoio aos idosos.....	72
3.1.1. Apoio aos idosos através da tecnologia: o exemplo dos “carebots” no 4TU	74
3.1.2. Cuidados a nível emocional.....	76
Conclusão	78
Bibliografia.....	81

Introdução

O ser humano buscou desde sempre melhores formas de sobrevivência. Com o advento da civilização moderna, todavia, essa sua aspiração tem vindo a transformar-se e a converter-se na procura, para todos ou a maior parte dos indivíduos e nações, de condições que elevem o seu bem-estar a múltiplos níveis (político, económico, social, cultural, etc.) e, por essa via, sirvam também para melhorar a sua qualidade de vida.

O relativo sucesso na realização desta ambição – criação de circunstâncias promotoras do aumento de bem-estar, especialmente material, mas igualmente psicológico – parece ter gerado o efeito positivo de prolongar a esperança média de vida de muitos membros, das sociedades mais abastadas e avançadas ou sobretudo delas. E, em consequência, essa extensão da longevidade veio permitir que tais pessoas, que compõem a atual população sénior (septuagenária, octogenária, nonagenária e até mesmo centenária) – vulgo idosa ou na terceira idade – desfrutem virtualmente mais das suas vidas e das relações nelas envolvidas.

Mas este é o problema fundamental que está por detrás desta dissertação e a norteia: não implicando necessariamente a criação de efetivas condições de prolongamento da vida que ela seja vivida com a qualidade ou dignidade desejadas, o que é que (e como) se pode e deve fazer para que, em todo o caso, tal possa acontecer, ou seja, para que a dita população sénior viva uma vida digna de (ou com qualidade para) ser vivida?

Tentarei buscar uma resposta para essa questão por intermédio da “abordagem das capacidades” (*capabilities approach*) da filósofa estadunidense Martha Nussbaum. Farei uso, em particular, de três obras suas, prestando especial atenção à última por eventualmente representar a versão mais madura do seu posicionamento: *Women and*

*Human Development: The Capabilities Approach*¹, *Creating Capabilities*² e *Frontiers Of Justice*³.

Organizei a minha dissertação dividindo-a em 3 capítulos. No primeiro procedo a uma reconstrução da abordagem das capacitações de Martha Nussbaum, revelando a sua natureza, estrutura, supostos fundamentais e críticas que lhe podem ser dirigidas. No segundo analiso quais as capacitações que devem ser especialmente combinadas para (e como) poder-se enfrentar o problema de garantir bem-estar e qualidade de vida à população sénior. No terceiro recorro a aplicações práticas de como apoiar os idosos, ou seja é abordada uma ilustração de como é que se pode aplicar o que foi examinado nos capítulos precedentes, mostrando desse modo o alcance ou valor prático da lista das capacitações de Martha Nussbaum através de medidas práticas e da tecnologia.

O primeiro capítulo da dissertação – A teoria das capacitações de Martha Nussbaum – está dividido em duas secções. Na primeira secção irei abordar a natureza e a evolução da teoria das capacitações desde que foi originalmente proposta. Começarei por salientar que as pessoas e o seu bem-estar constituem o centro de gravidade desta teoria. Em seguida analisarei o significado do conceito de “capacitações” e clarificarei por que é que a autora o prefere ao das “capacidades”. Relativamente à evolução da teoria examinarei a lista que Nussbaum criou para definir todos os níveis a ter em atenção na vida de cada pessoa para que possa usufruir de dignidade humana (aspeto central na vida de cada ser humano). Para que essa dignidade humana se concretize, reivindica a autora, é necessário ter em atenção o que cada pessoa é realmente capaz de ser e fazer ou, melhor, que oportunidades lhes são concedidas para poder ser e fazer. Veremos, por conseguinte, como a partir das respostas a estas questões será necessário encontrarmos formas de expandir as capacitações de cada pessoa aumentando-lhe a esfera de oportunidades de realização através da implementação de políticas públicas adequadas. A segunda secção centra-se nas críticas da autora a conceções alternativas, nomeadamente aquelas que dirige ao “enfoque do PIB”, “enfoque utilitarista”, “enfoque com base nos recursos” e “enfoques baseados nos direitos humanos”. Também existem

¹ Recorri à tradução em espanhol de 2002, *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades*.

² Recorri à tradução em espanhol de 2011, *Crear Capacidades: Propuesta para el desarrollo humano*.

³ Recorri à tradução em português de 2013, *Fronteiras da Justiça: Deficiência, Nacionalidade, Pertencimento à espécie*.

críticas da parte desta pensadora a John Rawls e à sua “Teoria da Justiça”, devido à sua falta de atenção para com a moralidade, tendo em conta que a dignidade humana para Nussbaum é o mais importante numa teoria da justiça e sem moralidade não é possível construir essa mesma dignidade humana. Ainda relativamente a diferenças entre Nussbaum e outros pensadores é importante referir Sen, pois nas obras de Nussbaum as diferenças entre eles são bastante abordadas. A terceira secção é destinada a percorrer algumas críticas maiores dirigidas particularmente às objeções comunitaristas (Michael Walzer, em particular) que rejeitam a existência de uma lista “objetiva” de bens universais ou valorizadas por todas as culturas.

O segundo capítulo intitula-se “Capacitar para a longevidade e para a qualidade de vida”. Nele vou abordar uma das questões supra-referidas. Sabemos que a longevidade tem uma dupla dimensão: por um lado, ao vivermos mais tempo podemos usufruir mais da vida e mantermos mais relacionamento(s) com as pessoas de que gostamos; por outro lado, traz-nos perda de certas capacitações ou, inversamente, o aumento de determinadas limitações. Neste capítulo quero mostrar que é possível criar qualidade de vida às pessoas mais idosas tendo em conta as suas limitações (perdas de funcionamento de certas capacitações), dando-lhes a possibilidade de selecionar as capacitações que mais se adequam a elas.

Basear-me-ei particularmente nas obras *Creating Capabilities* e *Women and Human Development: The Capabilities Approach*. No primeiro livro referido, a autora estadunidense elabora e desenvolve uma lista com dez capacitações que considerou essenciais para que a vida de cada pessoa possa ser levada de modo digno e valioso; no segundo livro, a autora foca-se na discriminação relativamente às mulheres, podendo-se fazer a comparação dessa violência com a que as pessoas mais idosas sofrem. Assim, para enfrentar as questões assinaladas, analisarei com algum detalhe a lista de capacitações proposta pela autora, prestando especial atenção às que mais diretamente concernem a longevidade das pessoas.

No terceiro e último capítulo procurarei, mediante uma ilustração, mostrar a aplicabilidade da teoria das capacitações. Parto do suposto que o Estado deve implementar políticas públicas que façam com que as instituições reconheçam as necessidades de cada indivíduo inserido dentro delas, que lhes dê as oportunidades e recursos que precisam para descobrir as suas capacitações e as expandir. Com base nele,

procurarei, identificar dispositivos/aparelhos tecnológicos que possam ser usados em lares para a terceira idade ou em situações similares e na vida de pessoas que vivem nas suas próprias casas (através da ajuda do Estado) para que sejam criadas as condições para uma efetiva melhoria da qualidade de vida daqueles que aí vivem.

Capítulo 1. A teoria das capacitações de Martha Nussbaum

1.1. Natureza e Evolução da Teoria

1.1.1. *Capability* = Capacitações vs Capacidades

A tradução da palavra “capabilities” em língua portuguesa é concretizada através de dois termos que se apresentam como os mais utilizados: “capacitações” e “capacidades”. Apesar deste último ser o mais utilizado, nesta dissertação aplicarei o vocábulo “capacitações”, pois parece-me mais indicado para expressar o que Martha Nussbaum parece ter em mente com “capabilities”. Basear-me-ei fundamentalmente no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* e na obra de Sen *The Idea of Justice*⁴ para justificar esta minha preferência.

Antes disso, começo por recordar que a definição provisória que Nussbaum dá de capacitações é «una aproximación particular a la evaluación de la calidad de vida y a la teorización sobre la justicia social básica» (Nussbaum, 2012, p. 38). Mas o significado que Martha Nussbaum atribui a “capabilities” nas suas obras é o de que as pessoas têm certas “capacitações” (liberdades) no seu interior que se relacionam com o exterior (a nível político, social, económico), através de oportunidades que lhes são dadas (só as oportunidades é que tornam possível a relação do interior com o exterior). As “capacitações” são o conjunto de “funcionamentos” que se demonstram essenciais para uma pessoa, pois assim ela pode eleger o que fazer ou não. As “capacitações” são o que cada pessoa consegue ou não fazer, o que é capaz de ser e de fazer, como age em cada momento da sua vida. Este significado que Nussbaum atribui a “capacitações” está presente na sua obra *Creating Capabilities* da seguinte forma:

Qué son las capacidades? Son las respuestas a la pregunta: «Qué es capaz de hacer y de ser esta persona?»... La capacidad viene a ser, por lo tanto, una

⁴ Recorri à tradução em português de 2011, *A ideia de Justiça*.

especie de libertad: la libertad sustantiva de alcanzar combinaciones alternativas de funcionamientos»... no son simples habilidades residentes en el interior de una persona, sino que incluyen también las libertades o las oportunidades creadas por la combinación entre esas facultades personales y el entorno político, social e económico. (p. 40).

No *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* “capacidade” significa: «Habilidade física ou mental de um indivíduo» e capacitação é descrita como um «ato ou efeito de capacitar (-se); habilitação, aptidão» estes significados são comparados com a importância atribuída por Nussbaum ao saber o que cada pessoa consegue fazer e ser, e com a preocupação essencial de que as pessoas recebam as oportunidades que necessitam para que sejam capazes de agir. Nessa perspectiva, o termo capacitações aplica-se melhor à teoria da autora, pois no seu significado está implícito o tornar uma pessoa capaz de algo. E vale acrescentar que Nussbaum também salienta a sua preferência pelo plural “capacitações” porque segundo ela realça o facto de os elementos mais importantes da qualidade de vida das pessoas serem múltiplos e distintos (pluralidade) e não poderem ser reduzidos a uma métrica única sem sofrerem distorções semânticas (irreducibilidade).

O termo “capability” é traduzido por “capacitação” que significa a liberdade que as pessoas têm para que possam adquirir determinados funcionamentos que as capacitem de agir de determinada forma, através das oportunidades que são geradas por esses funcionamentos, sem as quais não podem atuar na sua vida (a lista das capacitações é uma lista de oportunidades para que haja funcionamento por parte das próprias pessoas). Sen na sua obra *The idea of Justice* refere que “(...) a abordagem...” das capacitações “(...) propõe um sério deslocamento desde a concentração nos meios de vida até as oportunidades reais de vida.” (Sen, 2011, p.199)

Como a palavra “funcionamento” se encontra inserida no próprio significado de capacitação, é necessário acrescentar que esse termo denota uma espécie de ligação entre capacitação (interior) e oportunidades disponíveis (exterior) a realização de funcionamentos acontece quando uma pessoa é capaz de concretizar uma determinada ação consoante as oportunidades de que dispõe, ou seja, sem funcionamentos as próprias oportunidades de que podemos dispor não servem para nada.

Em relação à palavra “capacidade” Sen afirma que:

“A capacidade na qual estamos interessados é nosso potencial de realizar várias combinações de funcionamentos que possamos comparar e julgar entre si com relação àquilo que temos razão para valorizar.”

(Sen, 2011, p.199).

Assim, há uma distinção entre capacitações propriamente ditas e funcionamentos das capacitações (realização ativa das mesmas).

“[C]apacidad significa oportunidad de seleccionar” (*Op cit.*, p. 45) reivindica Nussbaum, pois ao promoverem-se capacitações promovem-se áreas de liberdade, de liberdade de escolha sendo esta inerente ao conceito de capacitação. Mas a principal distinção entre funcionamentos e capacitações é que os objetivos políticos apropriados se focam nas capacitações e não nos funcionamentos (embora seja essencial que cada governo não os esqueça), pois se definíssemos uma forma de funcionamento para todas as pessoas isso poderia causar uma violação dos seus direitos, sendo que cada pessoa tem o direito de agir conforme as suas próprias escolhas (por exemplo, quando uma pessoa faz greve de fome, por qualquer razão, não devemos supostamente interferir). Esta preferência por parte de Nussbaum pelas capacitações igualmente recebe justificação pela sua adesão ao liberalismo político (respeito pela pluralidade de visões religiosas e laicas acerca da vida, liberdade de valores).

Nussbaum declina o termo “capacitações” em três tipos: “capacitações básicas”, “capacitações internas” e “capacitações combinadas” (capacitações existentes na obra de Martha Nussbaum). As primeiras são faculdades inatas da pessoa treinadas e desenvolvidas na interação com o meio social, económico, familiar e político como a própria afirma, «las facultades innatas de la persona que hacen posible su posterior desarrollo y formación» (*Idem*, p. 43). As segundas são estados da pessoa (não fixos, mas fluidos e dinâmicos) e para os desenvolver é necessário que as condições dadas externamente sejam favoráveis por exemplo quando aprendemos a falar uma língua, a escolher alguma coisa (uma opção política). Pelo facto de necessitarmos das condições externas para podermos desenvolver as “capacitações internas”, as “capacitações combinadas” resultam da combinação desses dois tipos, isto é, correspondem à totalidade das opções de que alguém dispõe para escolher e atuar numa situação política, social e económica concreta. Essa combinação é muito importante para as pessoas poderem agir, pois, muitas vezes, as pessoas possuem a capacitação interna,

mas não lhe são dadas condições externas favoráveis, por exemplo, quando uma pessoa tem a capacitação interna de fazer algo, mas não o pode fazer devido a uma proibição que lhe foi imposta (capacitação externa). Nas palavras de Nussbaum, por conseguinte, estas últimas são a «suma de las capacidades internas y las condiciones sociável/políticas/económicas en las que puede elegirse realmente el funcionamiento de aquellas» (*Idem*, p. 42). Note-se, contudo, que as capacitações pertencem em primeiro lugar a pessoas individuais e só depois, em sentido derivado, a coletivos (e.g., famílias).

Assim, para que uma nação se empenhe em realizar um ou mais pontos da lista de Nussbaum é necessário que promova corretamente o desenvolvimento das potencialidades internas de cada pessoa, como também desenvolva favoravelmente o meio ambiente em que essas pessoas irão exercer as suas funcionalidades.

No seguimento desta subsecção vou abordar a origem da teoria das capacitações de Martha Nussbaum para que haja um entendimento mais claro da mesma no próximo capítulo.

1.1.2. O que é a teoria das capacitações

A teoria das capacitações parece ter surgido da preocupação de Martha Nussbaum relativamente às desigualdades sociais, injustiças, discriminação, marginalização, entre outras, experienciadas nas sociedades modernas e muitas vezes dirigidas a certos grupos de pessoas como os das mulheres, das crianças, dos idosos e dos animais não racionais. Vários pensadores (um exemplo é Amartya Sen) foram também sensíveis a esses problemas e procuraram desenvolver um enfoque concetual – teórico que fosse capaz de contribuir para pensar modos eficientes de minimizar essas desigualdades, discriminações e injustiças. Esse enfoque recebeu o nome de “enfoque do desenvolvimento humano”, que, tal como o nome indica, visa o desenvolvimento das pessoas e uma melhor qualidade de vida, intervindo em cada nível da vida dos indivíduos (económico, social, político e outros), procurando transformá-lo e melhorá-lo. Nussbaum na mesma linha elabora um “enfoque do desenvolvimento humano”, embora prefira chama-lo de “enfoque das capacitações”. Este enfoque está relacionado

com a autodefinição de cada pessoa, e conseqüentemente tem uma especial sensibilidade e atenção à qualidade de vida dos indivíduos.

Este enfoque é assumido como a «construção de uma teoria da justiça social básica» (*Idem*, p. 39) e «uma teoria dos direitos políticos fundamentais» (*ibidem*), ou seja, esta teoria dá uma resposta ao que poderá ser uma justiça social básica, pois baseia-se na criação e desenvolvimento de capacitações que dão a base e a estrutura para que cada pessoa, seja qual for a sociedade em que vive, tenha as condições e as oportunidades básicas para se desenvolver a todos os níveis (os que cada pessoa quiser) na sua vida. Nussbaum pretende que o enfoque das capacitações seja um conceito universal e que se centre no que cada pessoa é capaz de ser e fazer. Esta teoria das capacitações concebe cada pessoa como um fim em si mesmo: estando vinculada à livre-escolha; é pluralista em relação aos valores, ocupa-se da injustiça e das desigualdades sociais enraizadas, «o pluralismo e a liberdade, tratando cada ser humano como um agente e como um fim em si» (Nussbaum, 2002, p. 154) não é uma teoria sobre a natureza humana é uma teoria ética normativa que ao formular normas válidas de conduta e de caráter procura estabelecer numa nação que aspire à justiça social, a princípios para fundamentar o direito constitucional e para projetar políticas públicas que ao estarem interligadas invocam as noções de dignidade humana e de vida humana digna.

Nussbaum estava na Índia e experienciou vários acontecimentos que resultaram de um estudo aprofundado sobre as condições sociais e humanas que muitas mulheres enfrentam.

Foi provavelmente essa experiência tida no oriente que a despertou mais atentamente para o facto de não só as mulheres mas também grupos mais vulneráveis tais como as crianças e os idosos necessitarem de apoio, de oportunidades que as ajudem a desenvolver funções que alcancem as capacitações necessárias de uma vida que seja digna e mereça ser vivida. Nussbaum pretende desenvolver o que chama de “feminismo universalista” aquele que reivindica que as mulheres de todo o mundo necessitam de apoios que lhes proporcionem as mesmas capacitações que os homens possuem, e isso também se aplica às crianças e idosos que também precisam de ter todas as capacitações que lhes suscitem uma boa qualidade de vida. Para que estes aspetos se concretizem será fundamental que cada nação olhe para si própria, mas

também que haja comparação entre nações para avaliarem os procedimentos que serão necessários ao desenvolvimento da qualidade de vida humana e assim haja a possibilidade de criar políticas que garantam a evolução de capacitações em cada pessoa (oferecendo um grau básico de capacitação) e que as possam proteger através de leis constitucionais tal como a seguinte passagem assevera:

Ciertas normas universales de las capacidades humanas deberían ser centrales, en lo político, para las consideraciones sobre principios políticos básicos que pueden servir como soporte para una serie de garantías constitucionales en todas las naciones. (...) As nações têm que ter em atenção: “preservar libertades y oportunidades para cada persona, como individuos, respetándolos como fines en sí, y no como agentes o promotores de los fines de otros.

(Gough, 2007/08, p.179).

1.1.3. A lista das capacitações

Nesta teoria são apresentadas e descritas dez capacitações que constituem o ponto central da teoria. Entende Nussbaum que a sua promoção e desenvolvimento denúncia a construção de uma melhor qualidade de vida para cada pessoa que é adaptável a qualquer tipo de sociedade. Elas são as seguintes:

Vida – Que cada pessoa possa viver e morrer de forma natural, ou seja, que a sua vida não seja reduzida a um baixo nível de insignificância, nas palavras de Nussbaum «poder viver até ao fim de uma vida humana de uma duração normal» (2012, p. 53);

Saúde Corporal – Que cada pessoa tenha a possibilidade de cuidar da sua saúde, do seu bem-estar e isso também inclui «receber uma alimentação adequada; dispor de um lugar apropriado para viver» (*ibidem*);

Integridade Corporal – Que cada pessoa tenha a segurança necessária para poder viver de forma plena sem medos e fazer as suas próprias escolhas também relativamente a «questões reprodutivas» (*ibidem*);

Sentidos, Imaginação, Pensamento – Que cada pessoa possa utilizar estas três capacitações como quiser e necessitar, tanto a nível pessoal, social, político e religioso, ou seja, «poder usar a própria mente em condições protegidas pelas garantias da liberdade de expressão política e artística, e pela liberdade prática religiosa» (*ibidem*). Mas para isso é necessário «formar e cultivar uma educação adequada que inclua a alfabetização e a formação matemática e científica básica» (*ibidem*);

Emoções – Que cada pessoa possa ter a liberdade de expressar (sem qualquer tipo de impedimento) todo tipo de sentimentos por tudo e por todas as pessoas que quer, assim deve «poder amar, preocupar-se, sentir saudades, gratidão e indignação justificada» (*idem*, p. 54);

Razão Prática – Que cada pessoa possa viver a sua própria vida da maneira que quiser, fazer as suas próprias escolhas tanto no presente como no futuro, deve «poder formar uma conceção de bem e refletir criticamente acerca da planificação da sua vida» (*ibidem*);

Afiliação – Esta capacitação está dividida em dois pontos. O primeiro é de que cada pessoa possa ter uma noção do que é viver em sociedade, relacionando-se com os outros indivíduos, assim deve «reconhecer e mostrar interesse pelos outros seres humanos» (*ibidem*). No segundo ponto Nussbaum dá importância à dignidade que cada pessoa deve ter na sua vida e à recusa de qualquer tipo de “humilhação” e “discriminação” de que pode ser vítima;

Outras Espécies – Que cada pessoa possa relacionar-se de forma livre com todos os seres vivos «animais, plantas e o mundo natural» (*ibidem*);

Capacidade para Jogar – Que cada pessoa possa usufruir o seu tempo de lazer como «jogar e disfrutar de atividades recreativas» (*ibidem*);

Controlo sobre o próprio meio político e material – Relativamente ao político, cada pessoa deve ter a liberdade de revelar a sua opinião e fazer parte de todas as

ações políticas que quiser, ou seja, «ter direito à participação política e à proteção da liberdade de expressão e associação» (*ibidem*). Em relação ao meio material, cada pessoa deve poder ter, de forma igualitária, as suas próprias “propriedades”, que possa escolher e ter um emprego digno que a respeite e que lhe possibilite ter uma boa qualidade de vida, como Nussbaum refere «ter direito a procurar trabalho num plano de igualdade com os outros» e «no meio laboral que sejam capazes de trabalhar como seres humanos, exercendo a razão prática» (*idem*, p.55).

Todas estas capacitações são essenciais para a vida do indivíduo, por isso todas elas necessitam de estar interligadas para que se possam realizar. As capacitações “Razão prática” e “Afiliação” estão na base dessa ligação (apesar de terem a mesma importância que todas as outras). A Razão Prática organiza as demais capacitações, porque ao podermos organizar a nossa vida como queremos e necessitamos, teremos também a oportunidade de decidir que funcionamentos correspondem a cada capacitação e como os utilizar: «la oportunidad de planificar la propia vida supone una oportunidad para elegir y ordenar también los funcionamientos correspondientes a las diversas capacidades restantes.» (*idem*, p.60).

A Afiliação, tal como a capacitação anterior, também organiza as outras capacitações, pois várias decisões que tomamos são de índole social, por isso todas as relações que desenvolvemos dentro de uma sociedade são fundamentais para o exercício dessas decisões: «la deliberación sobre las políticas públicas es un asunto social en el que todo un conjunto de relaciones de muchos tipos y formas (familiares, de amistad, grupales, políticas) desempeñan una función estructuradora.» (*ibidem*).

O “enfoque das capacitações” clarifica-nos relativamente ao que devemos selecionar como mais relevante na vida das pessoas. Essa clarificação está descrita na lista das dez capacitações que são dez pontos fundamentais para que cada indivíduo seja digno. A dignidade humana é a preocupação com mais relevância para Martha Nussbaum. Quando esta cria a lista das capacitações tem como base a dignidade humana, de modo que cada capacitação descrita ao ser desenvolvida tem que ter em conta que a vida humana é valiosa e tem que ser valorizada, protegida e fortalecida. Para que haja justiça social a dignidade humana tem que representar a preocupação fundamental na implementação de políticas públicas. Assim, certas capacitações têm que ser vistas como iguais para todos (as oportunidades e o funcionamento delas), mas

outras capacitações vão depender do que é dignidade humana para cada pessoa e selecionar quais as capacitações mais relevantes para si.

A criação da teoria das capacitações por parte de Martha Nussbaum provocou uma acentuação da importância de uma pessoa individualmente ter a própria liberdade, juntamente com as oportunidades que lhes devem ser dadas para que haja a possibilidade de decidir se quer e o que quer desenvolver na sua vida, tanto a nível social, económico, político e outros, de agir em todos esses níveis da forma que achar mais correta para si e para a sua dignidade humana. Mas Nussbaum, apesar de referir muitas vezes nas suas obras cada pessoa individualmente, não deixou de reconhecer que a sociedade como um todo também tem a sua importância na vida das pessoas, pois apesar de cada indivíduo ter a necessidade de preservar a sua individualidade (com as suas ideias, valores, preferências, etc.) também procura sentir-se parte do conjunto, do coletivo que a sociedade representa, e por isso quando qualquer política pública é aplicada tem que ter em consideração esses dois fatores (o indivíduo como tal que está inserido no conjunto que uma sociedade constitui).

Ian Gough (2007/08) professor de economia política da London School of Economics, refere no seu já referido artigo a importância que tem para Nussbaum a ação do governo relativamente à concretização da dignidade humana na vida das pessoas, recitando uma passagem de *Women and Human Development: The Capabilities Approach*:

El objetivo de Nussbaum es ‘ofrecer las bases filosóficas para una explicación de los principios constitucionales básicos que deberían ser respetados e implementados por los gobiernos de todas las naciones, como mínimo indispensable para cumplir la exigencia de respeto hacia la dignidad humana.’ (p. 181).

O enfoque das capacitações serve para que cada nação tenha uma base do que poderá ser essencial na vida das pessoas. A lista das dez capacitações refere em que pontos é necessário dar mais importância e investir mais na vida das pessoas e com essa noção as nações limitam cada investimento e cada forma de implementação de políticas públicas. Assim cada nação avalia a melhor forma de proporcionar a concretização das capacitações, e sendo elas bastante abstratas, a sua concretização fica dependente do

sistema de direito constitucional da nação, ou de uma «constituición encomendada a la protección de las capacidades como derechos esenciales de todos los ciudadanos y ciudadanas» (Nussbaum, 2012, p.56).

Por fim é necessário referir a reivindicação fundamental que Nussbaum aponta ainda na sua obra *Creating Capabilities*; segundo ela:

La exigencia fundamental de mi concepción de la justicia social es la siguiente: el respeto por la dignidad humana obliga a que los ciudadanos y las ciudadanas estén situados por encima de un umbral mínimo amplio (y específico) de capacidad en todas y cada una de las diez áreas. (*Ibidem*).

E logo acrescenta: «Proporcionar esas diez capacidades a todos los ciudadanos y ciudadanas es una condición necesaria de la justicia social» (*Idem*, p.61).

Assim, nesta subsecção referi vários pontos que servem como base para o capítulo seguinte no qual irei aprofundar a teoria da autora relacionando-a com as questões que coloquei inicialmente relativamente à longevidade e qualidade de vida.

1.2. Críticas da autora a conceções alternativas

Apesar de existirem críticas por parte de alguns pensadores à teoria de Nussbaum, esta mesma também reconheceu certas limitações nela e uma delas é que a sua abordagem (a sua conceção de justiça) precisa de ser aperfeiçoada explicando, por exemplo «cómo deberían tratarse las desigualdades que estén por debajo de umbral mínimo» (*Idem*, p. 61/62) ou como o poder constituinte de cada nação será capaz de seleccionar um nível de aspiração não utópico.

1.2.1. Rawls e Nussbaum

No plano das críticas da autora a concepções alternativas irei começar pela que dirigiu a John Rawls. Ao contrário dos comunitaristas, os pensadores liberais focam a sua atenção no indivíduo e na sua própria liberdade. Rawls é um liberal, tal como Nussbaum e por essa razão existe certas semelhanças entre ambos, mas também existem certas diferenças que são alvo de críticas por parte de Nussbaum.

Rawls criou uma teoria da justiça que o levou a ser reconhecido e seguido por vários pensadores. Esta teoria tem em atenção os indivíduos dentro de uma sociedade, as suas liberdades, as suas oportunidades para poderem alcançar uma vida melhor, a importância dos direitos individuais e sociais que essas pessoas devem ter, e a sua preocupação para com os desfavorecidos. Recorde-se que para Rawls os desfavorecidos são atingidos pela má sorte, quando cada pessoa nasce tem a sorte ou não de nascer numa sociedade, família rica, tem a sorte ou não de nascer com um certo dom, um certo talento. A má ou boa sorte define-se logo à partida pelo nascimento, tal como é citado em seguida:

A distribuição existente de renda e riqueza, digamos, é o efeito cumulativo de distribuições prévias de dotes naturais (...) por circunstâncias sociais e contingências fortuitas tais como o acaso e a boa sorte.

(Rawls, 2013, p. 72)

Bens sociais primários para Rawls definem-se como liberdades, oportunidades, riquezas, rendimentos e bens sociais que são necessários a nível psicológico (autoestima). Esses bens sociais têm que ser distribuídos pelas pessoas, tais como a liberdade e a oportunidade, que têm que ser divididos igualmente entre todos exceto quando se verifica uma desigualdade avassaladora entre as pessoas dentro de uma sociedade, e aí se favorece os mais desfavorecidos tornando a sociedade mais equilibrada e benéfica para todos.

As parecenças entre Rawls e Nussbaum baseiam-se no fato dos dois pensadores se preocuparem com o indivíduo, com as liberdades e oportunidades deste. As liberdades

básicas são fundamentais para estes dois pensadores, onde é dada a oportunidade de cada pessoa se capacitar a tomar decisões e a agir em concordância com as suas próprias escolhas e convicções.

Relativamente às críticas que Nussbaum faz a Rawls na sua obra *Frontiers Of Justice*. Ela aí sustenta que a base da “Teoria da Justiça” de Rawls tem aspetos importantes pelo facto de este pensador ter em atenção os indivíduos e promover bens sociais primários que capacitam os indivíduos para poder alcançar qualidade de vida. A liberdade e as oportunidades que devem ser dadas às pessoas são essenciais para os dois pensadores. Mas Nussbaum não concorda com a forma encontrada por Rawls para medir os tipos e quantidade de recursos necessários a cada pessoa. Nem todas as pessoas necessitam do mesmo tipo e da mesma quantidade de recursos. É fundamental avaliar o que cada pessoa individualmente necessita, pois todos nós temos características distintas que não podemos alterar. Na seguinte citação entende-se claramente uma crítica que Nussbaum dirige a Rawls:

Al medir quién está mejor y quién peor en cuestión de recursos, el modelo de Rawls descuida un hecho destacado de la vida: el de que los individuos varían mucho en sus necesidades de recursos y en sus capacidades para convertir los recursos en funcionamientos valiosos. Algunas de esas diferencias son directamente físicas. Las necesidades nutricionales varían con la edad, la ocupación y el sexo. (2002, p. 108).

Nussbaum refere que Rawls na sua *Teoria da Justiça* não teve em atenção a moralidade e dignidade humana que são fundamentais em qualquer teoria da justiça. O facto de Rawls achar que a distribuição de recursos deve ser feita de forma a que todos os indivíduos usufruam dos mesmos recursos, significa que não está preocupado com o bem-estar de cada indivíduo, pois não tem em consideração as diversas necessidades que cada pessoa tem distintamente das outras.

Continuando a acentuar a crítica que Nussbaum faz à teoria da justiça de Rawls, esta pensadora refere que no início da sua teoria Rawls percebe o valor que cada indivíduo tem e que devemos ter em atenção o facto de cada pessoa ter necessidades diferentes.

Mas segundo ela o problema que se deteta na teoria desse autor é quando ele expõe um tipo de distribuição de bens que se revela incompatível com a sua ideia inicial e que trata todos os indivíduos como iguais no sentido de necessitarem os mesmos recursos. Nesse sentido afirma Nussbaum: «(...) el enfoque de Rawls, en definitiva, no respeta suficientemente la lucha de todos y cada uno de los individuos por su surgimiento.» (2002, p. 109)

1.2.2. Crítica ao relativismo cultural

Voltando ao já referido Gough (2007/08), nele se resume uma crítica que Nussbaum faz ao relativismo cultural apoiando-se em três pontos, que aqui recupero.

O primeiro, assinala o autor, consiste no facto de em todas as culturas as pessoas serem essenciais para a sua criação e desenvolvimento, como ele diz citando Nussbaum «Las culturas reales son siempre dinámicas y están siempre en evolución: “Las personas son ingeniosas prestatarias de ideas”» (p.180).

No segundo relembra que todas as culturas devem ter a mesma conceção do que está correto e o que está errado, pois quando isso não acontece pode afetar de forma negativa a vida de alguma pessoa. Este aspeto é mostrado por Nussbaum através da experiência na Índia onde, muitas vezes, a humilhação e a discriminação para com as mulheres é vista de forma banal. Nas palavras da filósofa reproduzidas por Gough:

“El ‘argumento desde lo positivo de la diversidad’ está muy bien en tanto que las prácticas culturales no dañen a las personas. Pero teniendo en cuenta que algunas prácticas claramente lo hacen, esta ‘objeción no socava la búsqueda de valores universales, sino que la exige”

(Ibidem).

O terceiro e último ponto refere o exemplo da discriminação dirigida às mulheres (na Índia) relativamente à ausência de liberdade de expressão, liberdades a todos os níveis: pessoal, social, político e religioso. Recorrendo às palavras de Nussbaum transcritas por Gough:

Las críticas relativistas del paternalismo respaldadas hasta cierto punto por los enfoques universales son un arma de doble filo. Muchos sistemas de valores tradicionales son paternalistas en el sentido estricto del término. De forma aún más fundamental, un compromiso para respetar las elecciones y decisiones de los individuos abarca por lo menos un valor universal, el de tener la oportunidad de pensar y poder elegir por uno mismo. (*Ibidem*)

1.2.3. Críticas ao enfoque do PIB

Um terceiro tipo de críticas é dirigido por Nussbaum. O “enfoque do PIB” segundo ela não é um enfoque adequado, porque não mede realmente a qualidade de vida de cada pessoa. O “enfoque do PIB” tem em atenção o crescimento económico dentro de uma sociedade, mas através da medição do crescimento económico não nos é possível verificar se as pessoas têm qualidade de vida, se cada uma delas usufrui de cuidados de saúde necessários, ou educacionais, ou outros níveis essenciais à vida e à qualidade de vida das pessoas.

1.2.4. Críticas ao enfoque utilitarista

Outra crítica foi por ela feita ao chamado “enfoque utilitarista”. Nussbaum reconhece que existe uma preocupação com as pessoas e a sua qualidade de vida no “enfoque utilitarista” no sentido em que nele se mede a qualidade de vida consoante a satisfação que as pessoas demonstram e todas as satisfações são vistas como iguais relativamente ao peso que tem para essa medição (a satisfação da pessoa A tem a mesma importância da satisfação da pessoa B). Mas existem vários problemas neste enfoque. Um deles é o facto de ser em boa medida semelhante ao “enfoque do PIB”, pois a medição da qualidade de vida das pessoas é feita pela utilidade total ou média. Uma sociedade que apresenta uma utilidade total alta é considerada uma sociedade onde

as pessoas usufruem de qualidade de vida. Esta medição todavia pode significar que uma grande camada da sociedade usufrui de uma qualidade de vida elevada, mas que outra camada mais pequena vive em situações completamente precárias, e essa situação tem que ser tida em consideração. Outro dos problemas deste enfoque é que a satisfação numa determinada situação da pessoa A é diferente na pessoa B. Todos nós somos diferentes no nosso modo de ver e sentir as coisas, mesmo que nos deparemos com uma situação igual à dos outros. O “enfoque utilitarista” em suma preocupa-se com as pessoas de uma forma parcial, não tem em atenção as várias necessidades que as pessoas necessitam para conseguirem viver uma vida melhor e com mais qualidade.

1.2.5. Crítica ao enfoque dos recursos

Uma quinta crítica fê-la Nussbaum ao “enfoque baseado nos recursos” que dá importância à igualdade entre os indivíduos, de tal modo que reivindica que os recursos devem ser distribuídos entre todos de forma igualitária e quantos mais recursos os indivíduos tiverem, melhor. Martha Nussbaum retoma nela a crítica à distribuição que Rawls apresentou na sua obra *Teoria da Justiça*, já antes referida. Nussbaum continua a reforçar a ideia de que enfoques que têm este tipo de propostas, ou seja, que não dão a devida importância ao indivíduo na sua singularidade e ao que cada um necessita para que possa desenvolver e chegar a alcançar um funcionamento das capacidades que tem ou que pode vir a ter, mostram serem enfoques insuficientes para que as pessoas possam alcançar uma boa qualidade de vida. O facto de se distribuir riqueza por todos igualmente não soluciona vários problemas como os da discriminação e certas injustiças que violam a vida das pessoas.

1.2.6. Crítica ao enfoque baseado nos direitos humanos

O último enfoque criticado por Nussbaum é aquele “baseado nos direitos humanos”. Aqui Nussbaum realça a importância de os direitos e deveres que as pessoas têm, devem estar escritos e ao mesmo tempo cada Estado os deve implementar ativamente na vida das pessoas. Ao comparar capacitações e direitos humanos são verificados certos pontos em que as capacitações são mais adequadas à preocupação com as pessoas. Relativamente a esta comparação Amartya Sen reforça o facto de as capacitações conseguirem abranger mais aspetos que são essenciais na vida das pessoas, pois elas representam o que cada pessoa é capaz de fazer, ser e como decidir e agir em vários níveis da sua vida e da sua sociedade. Já os direitos se fundam simplesmente no que as pessoas têm o direito de ter, o que são capazes de ter.

1.3. Críticas dirigidas à teoria das capacitações

Abordarei nesta secção, como o título denota, críticas dirigidas, desta feita, à teoria das capacitações de Nussbaum, nomeadamente as que foram feitas a partir da palavra comunitarismo e da conceção de vida boa.

1.3.1. A partir do Comunitarismo de Walter

Os comunitaristas acreditam que tudo o que cada pessoa faz tem que ter como principal atenção a comunidade em que vive. Os ideais comunitaristas fundiram-se no pensamento aristotélico e no pensamento hegeliano. Cada indivíduo é visto como parte integrante da sociedade, está inserido numa comunidade e por isso cada ação tem que

ser realizada através da ideia de bem comum (cada indivíduo vive em prol da sociedade, tem que viver em cooperação social). Para os comunitaristas a justiça forma-se pelos contextos da sociedade, através de situações históricas, culturais, tradicionais, políticas, espaço comum e valores que existem dentro de uma comunidade e para que seja possível a realização dessa justiça é necessário que haja uma participação ativa do Estado dentro da sociedade que proporcione distribuição de bens. O indivíduo como tem que ter em atenção o bem comum não é visto individualmente, pois essa individualidade é criada pela própria comunidade em que vive.

Michael Walzer é um dos pensadores comunitaristas mais influentes que reflete sobre os valores que a sociedade cria e mantém. Os valores de cada indivíduo são iguais aos valores de toda a sociedade. Para Walzer cada sociedade aplica uma importância diferente a cada bem social e a distribuição desses bens está dependente da importância ou significado que lhe é dado por cada sociedade. Tal como referi anteriormente, o significado que cada sociedade dá a cada bem social varia consoante a tradição, a história, a política, a cultura de cada comunidade. Isto quer dizer que para que uma sociedade obtenha justiça é fundamental ter em atenção todos os pontos que referi, o bem comum, o bem social.

Assim, pela exposição que apresentei, deteta-se uma grande diferença das ideias que são referidas na teoria das capacitações de Martha Nussbaum e de um comunitarista como Walzer, pois a primeira dá uma maior importância ao indivíduo como um ser que tem as próprias necessidades (muitas vezes distintas da sociedade em geral onde está inserido) e ao criar uma lista de capacitações é possível que todas as sociedades se apercebam de todas as necessidades, que capacitações e que oportunidades dar a cada pessoa para que a sua vida se torne boa e digna de ser vivida, ao pensar que comunitarista como Walzer rejeitam a ideia de individualidade, pois o que importa é a sociedade em que o indivíduo está inserido e só assim é que cada comunidade cria justiça (apenas cada sociedade é que é vista como distinta das demais, não o indivíduo).

Por outro lado como comunitarista também rejeitam o facto de poder haver algum princípio que seja universal, neste sentido rejeitam a criação de uma lista que seja universal, de uma lista que reflita bens universais que todas as culturas podem implementar, pois como já referi para os comunitaristas cada bem tem um significado distinto em cada sociedade e por isso é impensável existir uma lista de bens, ordenada

conforme a importância de cada bem, que seja valorizada e aceite por todas as sociedades.

1.3.2. Crítica de uma vida igualmente boa para todos

Outra objeção que se destaca à teoria das capacitações de Martha Nussbaum é a da incapacidade de existir uma visão de vida boa (que é o que a autora com a teoria das capacitações pretende alcançar) numa sociedade pluralista. Para Nussbaum a ideia de uma vida boa é um dos objetivos fundamentais na vida de cada pessoa, mas essa ideia é rejeitada quando se depara com uma sociedade onde o pluralismo é predominante, onde existem várias e distintas culturas, e por isso não é possível haver uma ideia igual de vida boa para todos os indivíduos. Apesar de Martha Nussbaum ter como principal atenção cada pessoa na sua individualidade não ignora o facto de essas pessoas viverem numa sociedade e muitas vezes se sentirem integradas nela, e por isso é necessário que haja uma certa compatibilidade entre a conceção de vida boa para uma pessoa e para a sociedade em que está inserida, o que por vezes não acontece. Quando o que significa vida boa para uma pessoa não é igual para a sociedade em que vive, começa a haver rejeição da pessoa por parte da comunidade em que vive e aí não existe a possibilidade de realização de vida boa. Mas apesar dessa necessidade de compatibilidade Nussbaum rejeita o facto de todas as pessoas e sociedades pensarem na qualidade de vida (vida boa) como um conceito universal e igual para todos.

Com a sua teoria, Nussbaum pretende que a sua lista seja compreendida como a base para que através de oportunidades e políticas públicas (estas são da responsabilidade do Estado) se desenvolvam liberdades (capacitações) que através da evolução delas se pretenda chegar a um certo nível de vida boa (nível que varia consoante as pessoas e as sociedades). As seguintes citações deixam perceber, penso, a importância conferida por Nussbaum à responsabilidade do Estado em relação aos indivíduos e a necessidade de que cada pessoa encontre a sua própria qualidade de vida. Na primeira afirma a autora qual a tarefa urgente do Estado: «(...) mejorar la calidad de

vida para todas las personas, una calidad de vida definida por las capacidades de estas.» (2012, p. 39). Na segunda aduz:

(...) mi teoría de la justicia basada en las capacidades se abstiene de ofrecer una evaluación de conjunto de la calidad de vida en una sociedad, ni siquiera con fines comparativos, pues el papel del *liberalismo político* en esta teoría mía me obliga a renunciar a propugnar un concepto global de valor. (*ibidem*).

1.4. Proposta de aperfeiçoamento da teoria das capacitações

Apesar de poder haver críticas dirigidas a certos pontos da teoria das capacitações de Martha Nussbaum, também há tentativas de melhorar esta teoria. Um exemplo disso é relatado na obra *Creating Capabilities* em que Jonathan Wolff e Avner De-Shalit fazem uma proposta de melhoria da teoria das capacitações no seu livro *Disadvantage* (Oxford: Oxford University Press. 2007).

Essa proposta baseia-se no facto de haver uma necessidade por parte das pessoas de segurança relativamente à duração das suas capacitações que denominam “segurança da capacitação”. Segundo os autores, não basta que o Estado implemente oportunidades de desenvolvimento de capacitações através de políticas públicas, é necessário que fiquem asseguradas essas capacitações ao longo da vida de cada pessoa. Essa segurança das capacitações possibilita uma tranquilidade emocional das pessoas (sendo a saúde uma das preocupações centrais da teoria das capacitações de Nussbaum). Mas para que este aspeto se realize é necessário que cada nação se preocupe em dar e demonstrar na realidade a segurança que pode dar (que deve dar) e que as pessoas precisam para as suas vidas, ou seja é necessário «pensar no procedimento e na estrutura política» (*idem*, p. 64).

1.5. Teoria das capacitações vs. Teoria das necessidades humanas (Ian Gough e Len Doyal)

Nesta secção volto ao artigo já referido de Ian Gough, para analisar a comparação que o autor aí faz da teoria das capacitações de Nussbaum comparando com a sua (e de Doyal, professor ética médica da University of London) teoria das necessidades humanas. Nesta comparação as duas teorias serão apreciadas nos pontos em que convergentes e divergentes.

1.5.1. Aspetos convergentes

Para Gough as “necessidades” e as “capacitações” de Nussbaum são dois conceitos idênticos que têm o mesmo objetivo: desenvolver uma teoria, um conceito universal que tenha como foco central a evolução e emancipação da vida humana mantendo-se compatível com a diversidade cultural existente (sendo, portanto, aberta e dinâmica).

Nussbaum cria uma lista com as capacitações essenciais à vida humana. Já Gough e Doyal organizam as necessidades de forma distinta. Apesar dessa diferença as duas teorias referem conceitos distintos e ao mesmo tempo idênticos no seu significado. Essas semelhanças verificam-se no facto do conceito de “afiliação” ser central na lista de Nussbaum tal como o conceito “participação” na teoria de Gough e Doyal e os conceitos “integridade corporal” e “razão prática” (Nussbaum) serem vistos como necessidades básicas tal como a saúde e autonomia para Doyal e Gough.

As duas teorias centram-se no indivíduo, quais as oportunidades que ele deve ter, que características deve desenvolver, quais os apoios que devem ser dados a cada pessoa para que ela possa desenvolver as suas capacitações/necessidades que são essenciais para a sua emancipação.

Para que esses aspetos se concretizem estas duas teorias também se dedicam à procura de garantir um mínimo social a todos os cidadãos, de tentar garantir aspetos que se demonstram fundamentais para a vida humana, ou seja, reclamam o estabelecimento de direitos constitucionais para as pessoas que proporcionem a concretização das suas capacitações/necessidades. Mas tal como garantir um mínimo social a todos os cidadãos, também é importante saber como mantê-lo.

1.5.2. Aspetos divergentes

Apesar de estas teorias terem pontos fortes em comum também têm pontos divergentes e formas de pensar e demonstrar próprias de cada autor. Essas diferenças e críticas à teoria de Nussbaum são apresentadas como, disse supra, especialmente no artigo “El enfoque de las capacidades de M. Nussbaum”. Nele são descritos argumentos de cada teoria. Porém como certos argumentos da teoria de Nussbaum já foram anteriormente assinalados, darei agora mais atenção aos apresentados pela perspectiva das necessidades.

Esta perspectiva foi criada através da junção de certos pontos da teoria de Nussbaum e da de Sen, e baseia-se na noção de objetivos universais que passam por necessidades básicas até às necessidades intermédias, e organizam-se em dois passos: o primeiro corresponde aquele em que estão inseridas as necessidades básicas (saúde e autonomia) baseando-se num raciocínio de tipo neokantiano (pode ser implementada em todo tipo de sociedade). O segundo concerne às necessidades intermédias tendo em atenção o conhecimento codificado e experimental que as pessoas têm da sua cultura e da de outras que vão influenciar as “características de satisfação universal” (Gough, 2007/08, p.189).

Ao estarmos inseridos numa sociedade, interagindo com os outros, vamos aprendendo, desenvolvendo e fazendo evoluir as nossas capacidades, sendo por isso fundamental para cada indivíduo participe em alguma forma de vida tendo a capacidade física e mental para atuar e poder ser responsável pelas suas ações.

As necessidades básicas são universais e dividem-se em duas classes: saúde e autonomia (necessidades de alimento e habitação são um exemplo de necessidades básicas que se aplicam a todas as pessoas). A saúde, já referida anteriormente e tendo como base um argumento neokantiano, é a capacidade física e mental que um indivíduo tem para poder eleger. O nível mais básico de “autonomia pessoal” é a capacidade que o indivíduo tem para eleger. Mas para que possamos exercer a nossa autonomia é necessário ter em atenção três variáveis: em primeiro lugar a capacidade cognitiva e emocional – todas as ações que exercemos têm que ter um mínimo de razão, e temos que ter a capacidade intelectual para conseguirmos formular objetivos, crenças, para poderem ser responsáveis pelas suas ações; em segundo lugar o grau de compreensão cultural – consciência da própria cultura em que o indivíduo está inserido e como agir dentro dela; em terceiro lugar um conjunto de oportunidades – para que cada pessoa possa exercer a sua autonomia de atuação necessita de um conjunto de oportunidades que lhe proporcione a possibilidade de desenvolver atividades sociais e uma autonomia crítica onde está presente a capacidade de comparação de culturas e trabalhando com elas, ou seja, é necessário uma liberdade mínima de atuação, assim como liberdades positivas e liberdades negativas para exercer uma autonomia crítica. Na perspectiva das necessidades, a saúde (sobrevivência física) e a autonomia pessoal são necessidades básicas que os seres humanos devem satisfazer para exercerem uma participação plena da sua própria forma de vida para poderem alcançar objetivos eleitos. Assim, os níveis de satisfação devem ser avaliados numa cultura e comparados com outras.

As satisfações e as necessidades intermédias são abordadas na mesma parte da teoria, mas as satisfações são a ligação entre as necessidades básicas e as necessidades intermédias. As “características de satisfações universais” (Gough, 2007/8: *Idem*, 188) são caracterizadas como os fatores que desenvolvem e melhoram a saúde física e a autonomia humanas em cada cultura, de modo que, «Las características de los satisfactores universales son las propiedades de los bienes, servicios, actividades e y relaciones que mejoran la salud física y la autonomía humana en todas las culturas.» (*Ibidem*).

As necessidades intermédias são divididas em onze categorias onde «os alimentos nutritivos e água potável, alojamento protetor, ambiente de trabalho não prejudicial, nada que prejudique a nível físico, controlo de natalidade e nascimentos seguros assim como, cuidados sanitários» (*Idem*: 192) contribuem para a saúde física e as outras

categorias tais como “infância segura, relações primárias significativas, segurança física, segurança económica, educação apropriada” (*Ibidem*) contribuem para a autonomia.

Para os defensores desta teoria das necessidades humanas deve existir uma atenção e compreensão do conhecimento que se funde na experiência das pessoas e a evolução do conhecimento que as pessoas vão adquirindo ao longo do tempo vai beneficiar a compreensão que temos das necessidades intermédias e como as podemos satisfazer para melhorar a forma de vida de cada um. Citando Habermas refere, Gough (2007/08):

Debe llevar a colación tanto los conocimientos codificados de los expertos como los conocimientos experienciales de aquellos cuyas necesidades básicas y estorno de vida diario están siendo considerados... Requiere una ‘estrategia dual de formación de política social’ que valora el compromiso, con tal de que esto no se estienda al carácter general de las necesidades y derechos básicos de los humanos. (p. 190).

Nesta teoria existe uma grande preocupação com o sofrimento e os danos que os seres humanos possam ter, e quando estamos inseridos numa sociedade são impostas responsabilidades - obrigações e deveres que só podem ser realizadas se cada pessoa for capaz de as realizar e se lhes forem dados os recursos e competências necessárias para cumprir esses deveres (ter direito à satisfação da necessidade). Assim todos os indivíduos da sociedade têm que usufruir de direitos e recursos que lhes proporcionem uma satisfação das suas necessidades e que lhes permita realizar o que lhe é imposto e o que lhes beneficie. Favorece-se, pois, uma abordagem igualitária das prioridades dos direitos para a satisfação de necessidades básicas, rejeitando o pensamento de Rawls que coloca a liberdade como prioridade. Nessa perspetiva Gough define o “Estado de bem-estar” como «(...) derechos públicos o asignaciones de los recursos y medios para el bienestar humano en general, y para estándares mínimos de bienestar en particular, independientemente de aquellos derechos basados en la propiedad y las rentas.» (*Idem*, p. 182)

Como já tive a oportunidade de assinalar no artigo de Gough também são referidas várias críticas à teoria de Nussbaum e para demonstrar essas críticas, Gough compara a sua teoria com a de Nussbaum. A capacitação para jogar e a capacitação de

nos relacionarmos com outras espécies «poder vivir una relación próxima y respetuosa con los animales, las plantas y el mundo natural.» (Nussbaum, 2012, p.54) são duas das capacitações que Nussbaum insere na sua lista que Gough e Doyal não abordam na sua teoria, pois não as consideram de máxima importância, não estando ao mesmo nível que as outras capacitações presentes na lista de Nussbaum. Mas para esta última, só a concretização de todas as capacitações apresentadas na lista é que possibilitam uma vida plena para o indivíduo que as usufruir, pois todas as capacitações têm a mesma importância.

Outra das críticas dirigidas à teoria de Nussbaum é que esta pensadora não aprofunda a sua teoria, ou seja, não tem em atenção a realidade em que as pessoas vivem relativamente à pobreza, não são referidas formas de dar e garantir oportunidades que proporcionem um melhor acesso às suas necessidades, não se preocupa como proporcionar uma boa educação e formação, e outros aspetos tais como o tempo livre, o descanso, a segurança pessoal. Nussbaum supõe certos aspetos que podem ser alterados consoante a cultura e cada indivíduo, tais como os bens e as preferências das pessoas podem ser alteradas no seu grau de importância. Apesar de esta pensadora ter vivenciado experiências de dois países tais como EUA e Índia não quer dizer que todas as outras pessoas (principalmente mulheres) de outras culturas procurem o mesmo, mesmo que Nussbaum não reconheça isso.

Outra crítica dirigida a esta pensadora por parte de Gough é que na lista das capacitações não se encontram aspetos que merecem uma cuidada preocupação e por isso estão presentes na teoria das necessidades como necessidades intermédias, tais como: «o trabalho não prejudicial, um ambiente de vida não prejudicial e uma atenção sanitária adequada» (Gough, 2007/08, p.194). Entendo que esta crítica não é inteiramente correta, pois na lista de Nussbaum o “trabalho não prejudicial” pode ser verificado na décima capacitação intitulada “controlo pelo próprio meio político e material” onde na parte material é referido que no seu ambiente de trabalho cada pessoa deve ser capaz de exercer as suas funções como ser humano e ser reconhecido pelo outro «[e]n el entorno laboral, ser capaces de trabajar como seres humanos, ejerciendo la razón práctica y manteniendo relaciones valiosas y positivas de reconocimiento mutuo com otros trabajadores e trabajadoras.» (Nussbaum, 2012, p. 55).

Relativamente ao “entornos de vida não prejudiciais” (Gough, 2007/08, p.194), pode dizer-se que está presente em todas as capacitações de uma forma indireta. Ter “cuidados sanitários adequados” (*ibidem*), a meu ver, também se encontra presente na lista de Nussbaum na segunda capacitação “saúde física” em que é referido que é necessário que cada pessoa viva num sítio adequado e para isso tem que ter todas as suas necessidades realizadas dentro da sua própria habitação, assim é essencial que existam “cuidados sanitários adequados” (*ibidem*) e “disponer de un lugar apropiado para vivir.” (Nussbaum, 2012, p.53).

A última crítica dirigida a Nussbaum torna-se numa comparação com Sen. Na sua teoria Nussbaum centra-se no desenvolvimento humano, nas várias atividades humanas que podemos e devemos ter, no funcionamento humano e no bem-estar, na criação de uma lista de “capacitações humanas centrais e funcionais”, mas mostra-se instável em certos pontos tais como num acordo entre culturas. Na teoria de Sen este pensador, apesar de não ter em atenção os aspetos que referi em Nussbaum, demonstra de forma clara as capacitações que são prioritárias e a importância de um acordo e consenso intercultural.

Apesar de existirem algumas críticas à teoria de Nussbaum, ela demonstra que tem consciência delas no livro *Women and Human Development*, no segundo capítulo, onde aborda as preferências e os obstáculos que estas podem provocar ao tentar alcançar e assegurar acordos e apoios mínimos que sustentem uma vida próspera assim como considera igualmente possível a junção dos desejos com as necessidades. Nesta possibilidade de junção entre desejos e necessidades, Nussbaum refere que os desejos são fundamentais para manter um equilíbrio, ou seja, quando as pessoas interagem com a sociedade, com a sua cultura, vão aprendendo/adquirindo novas perspetivas, novos saberes que lhes vão dar a oportunidade de atuar com mais consciência e não através de factos que lhes transcendem. Desse modo os seus desejos vão sendo mais conscientes (variando de pessoa, para pessoa, devido à sua personalidade e das oportunidades de acesso à educação, formação, entre outras) e as suas necessidades vão ter uma maior possibilidade de concretização. Nesse processo novas capacitações vão sendo adquiridas e por isso os desejos têm um papel epistemológico e político muito importante que vai evoluindo de geração em geração.

Enfim, o que Gough (2007/08) mostra no seu estudo é que em alguns aspetos a teoria das necessidades é apresentada de uma forma mais clara do que a teoria de Nussbaum. Um exemplo disso é quando as duas teorias dividem dois aspetos: Nussbaum – capacitações internas e combinadas e Gough e Doyal – necessidades básicas e necessidades intermédias. As capacitações internas são estados pessoais que se demonstram «(...) estados de la persona (...) fluidos y dinâmicos» (Nussbaum, 2012, p. 41), as capacitações combinadas são as capacitações internas que se encontram combinadas com fatores externos apropriados para exercer uma ação. Já as necessidades básicas são simplesmente atributos do individuo e as necessidades intermédias são atributos do grupo (sociedade, cultura).

Capítulo 2: Capacitar para a longevidade e para a qualidade de vida

Neste capítulo vou focar-me nas necessidades e ou capacitações que devem ser criadas e desenvolvidas na vida de pessoas idosas.

Inicialmente abordarei o tema das preferências, desejos e hábitos, que se encontra no livro *Women and Human Development* de Martha Nussbaum. Esta abordagem é importante para perceber o que as pessoas mais idosas realmente querem, necessitam, que valores estão em causa, o tipo de sociedade em que vivem, entre outros aspetos. É preciso compreender de que forma esses aspetos podem condicionar ou até implementar capacitações em cada pessoa.

Após isso, irei realçar a importância que as capacitações têm na vida das pessoas, principalmente na das pessoas idosas. Quero evidenciar que à medida que o envelhecimento se processa perdem-se capacitações, sendo necessário perceber que capacitações perdemos quando chegamos a uma determinada idade e quais as que se adequam e se tornam necessárias para que as limitações de pessoas idosas diminuam e assim possam alcançar uma melhor qualidade de vida.

Posteriormente irei relacionar o tema inicial deste capítulo com a seleção das capacitações mais adequadas para os idosos, havendo um esclarecimento do que é realmente essencial para eles, ou seja, do que realmente precisam, desejam, querem e em que valores acreditam para que a ideia de qualidade de vida de cada um se realize.

Mediante a abordagem destes temas podemos esclarecer de que forma as capacitações anteriormente selecionadas se tornam importantes na vida das pessoas, implementando-as na prática de cada uma delas.

2.1. O Envelhecimento

O que significa ser idoso? Em Portugal uma pessoa é considerada idosa a partir dos 65 anos. Apesar de haver uma idade definida para considerar uma pessoa idosa, o envelhecimento é vivido de formas diferentes por todas as pessoas. O envelhecimento deve ser avaliado individualmente e considerando os aspetos físicos, psicológicos de cada pessoa para ver qual o impacto que o envelhecimento tem para cada um de nós.

O envelhecimento é um processo com o qual todos os seres humanos têm que viver. Apesar de ser vivido por todos os seres humanos, o envelhecimento torna-se mais notório na faixa etária dos idosos. Os mais velhos notam de forma mais acentuada as consequências positivas e negativas do envelhecimento. Um dos aspetos positivos do envelhecimento é a aquisição de experiências e conhecimentos que o enriquecem e enriqueceram ao longo da vida tanto a nível pessoal como a nível social. Um aspeto negativo é quando nos idosos esse envelhecimento muitas vezes é sentido como um processo difícil e de perdas. Existem perdas emocionais, perdas de pessoas queridas e perdas de capacidades tanto físicas como psíquicas.

Na dissertação *A qualidade de vida e bem-estar psicológico em idosos* Sara Silva, investigadora da Universidade Fernando Pessoa do Porto, analisa vários aspetos referentes ao envelhecimento. Neste trabalho académico, a autora descreve, no seu essencial, várias perspetivas sobre o envelhecimento e apoia-se nalguns estudos empíricos que consideram aspetos psicológicos e sociais vários dos mais velhos. Apoiando-se em Medeiros (1983), Sara Silva assinala que uma das perspetivas dominantes do que significa ser idoso é entendê-lo como «(...) sinónimo de decadência física e psicológica, de incapacidade para o trabalho, para o prazer, para projetar no futuro», para logo de seguida, desta feita apoiando-se em (Simões, 1990), relembrar que «(...) estes estereótipos vigentes na sociedade acabam por ser aceites pelo próprio idoso, tornando-se mais claros, quando o mesmo é institucionalizado, levando-o a um vazio existencial e, muitas vezes, morrendo abandonado» (Sara, S., 2009, p. 21).

As sociedades atuais parecem cada vez mais orientadas para os jovens, pois são o futuro de gerações que aspiram ao melhor, a evoluir. O envelhecimento é visto, tal

como é referido na citação anterior, como um aspeto negativo. Todas as faixas etárias têm a sua importância dentro de uma sociedade, ou seja, os mais novos têm que ser preparados para trabalhar num futuro melhor, os mais velhos são as raízes que temos de cada sociedade e por isso, num certo sentido, são tudo o que temos: são as tradições, a cultura, tudo o que foi conquistado enquanto sociedade, são as pessoas que formaram e que continuam a formar os mais novos.

Margarida Pedroso de Lima, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, que se dedica a estudos do desenvolvimento da idade adulta, numa entrevista que deu à revista – *Peritia*, quando inquirida sobre o modo como a sociedade encara o envelhecimento afirma que tipicamente o concebe «(...)como um suceder de perdas; o envelhecer como uma experiência a evitar; o envelhecer como um problema social...» (s.a, 2009, p.1)

2.2. Aumento das limitações dos idosos

Todas as pessoas, seja qual for a cultura em que estão inseridas, têm as suas próprias preferências, desejos e hábitos mas as respetivas escolhas são, muitas vezes, influenciadas pelas sociedades em que vivem e não pela própria vontade.

Nesta secção veremos que o que as pessoas querem e/ou desejam é muito importante para o desenvolvimento das suas capacitações, para terem vidas mais autónomas e assim alcançarem uma melhor qualidade de vida.

Passarei em revista várias perspetivas de alguns pensadores que Martha Nussbaum realça no seu livro *Women and Human Development*, para buscar uma melhor compreensão do que é preciso fazer para que as verdadeiras preferências e os verdadeiros desejos sejam demonstrados e assim se possa agir conforme tais escolhas pessoais. É preocupante o facto de muitas vezes nos depararmos com pessoas a agir em função de ditames da sociedade em que vivem subalternizando os valores e vontades próprios. Esse afastamento do que realmente desejam e preferem torna-se um hábito, fazendo com que não se consiga perceber quais são as verdadeiras necessidades que

cada pessoa tem, pois essa realidade esconde-se atrás de valores e imposições existentes na sociedade em que vivem.

As preferências, os hábitos e os desejos que cada pessoa tem são essenciais para o seu desenvolvimento, para o que são capazes de serem e fazerem dentro da sociedade em que vivem. Em todos estes aspetos estão presentes fatores religiosos, sociais e políticos que ditam o que cada pessoa é, que necessidades e oportunidades precisam para que possam viver uma vida com dignidade.

Em todas as sociedades existem fatores que condicionam o modo como as pessoas pensam, o que preferem, o que desejam e que hábitos têm. Esse condicionamento faz com que por vezes não consigamos perceber o que cada pessoa realmente é. Assim, é necessário começar por atenuar e idealmente remover todos os condicionalismos que privam as pessoas de viver como querem e necessitam.

Todas as pessoas que estão inseridas numa sociedade devem poder sentir-se dignas de terem as vidas que têm. Por isso é importante olharmos para uma faixa etária mais velha que por vezes é menosprezada ou até esquecida. Os idosos são uma parte muito significativa da nossa sociedade e merecem a nossa atenção relativamente às necessidades que têm e às oportunidades que lhes damos.

Em cada etapa da vida temos um papel importante e distinto dentro da sociedade em que vivemos e por isso temos que perceber cada ser humano desde que se desenvolve do momento que nasce até ao momento que morre. A vida inteira de cada ser humano está em constante mudança e por isso é necessário perceber quais as necessidades que cada pessoa tem nas várias idades da sua vida. As necessidades e as oportunidades que cada pessoa tem e precisa ter diferem tanto na faixa etária em que se encontram, como no seu próprio eu, nas suas crenças, nos seus valores. Devemos olhar para a sociedade em que encontra(ra)m e perceber se as suas preferências são as da sociedade atual onde se inserem ou da sociedade em que cresceram quando mais novos (este aspeto é particularmente relevante para os idosos).

Isabel Dias, no artigo que publicou em 2005, intitulado “Envelhecimento e violência contra os idosos” retomou as teorias da catedrática da Universidade de Madrid, Rocío Fernández-Ballesteros relativas ao desenvolvimento humano que me parecem úteis para este ponto.

Com efeito, Fernández-Ballesteros elaborou três teorias para caracterizar o desenvolvimento humano, a saber: a “teoria da desvinculação”, a “teoria da subcultura” e a “teoria da modernização”. A primeira procura dar conta do facto do envelhecimento humano trazer várias mudanças em relação aos papéis que tem dentro da sua sociedade: «o adulto à medida que envelhece, vai desinvestindo ou afastando-se dos papéis sociais que antes representava, centrando-se mais no eu e envolvendo-se menos social e emocionalmente» (Dias, 2005, p. 254).

A segunda, por seu turno, aborda um dos problemas mais comuns que vão surgindo ao longo da fase em que cada ser humano envelhece: «(...) os idosos possuem os traços de qualquer grupo isolado, ou seja, possuem, uma cultura própria (de isolamento)” (*Idem*, p. 255)

A última considera o facto de os idosos terem que se deparar com alterações que se mostram complexas e muitas vezes tal como as provocadas por certas tecnologias que fazem com que certas tradições desapareçam e com que os mais velhos sintam não se identificarem com os seus avanços demasiado rápidos: «mudança de estatuto e dos papéis sociais dos idosos em função do grau de industrialização da sociedade» (*Ibidem*).

Fernández-Ballesteros centra a sua perspectiva de desenvolvimento humano, no envelhecimento e na qualidade de vida. Nos seus termos, a qualidade de vida tem que ser medida considerando alguns aspetos da vida de cada pessoa idosa. Na seguinte citação retirada de (Sara, 2009, p. 34) pode perceber-se sumariamente como a autora aborda a questão da qualidade de vida nos idosos:

(...) [ela] está muito dependente do contacto e das circunstâncias em que as pessoas vivem. (...) os ingredientes da qualidade de vida associada ao envelhecimento, dependem do estilo de vida adotado e de condições pessoais muito particulares, como a posição social, a idade ou o sexo.

Com o avanço da idade começamos a perder certas capacitações que se revelam essenciais para podermos viver uma vida digna, e esses aspetos são muitas vezes vistos como banais no nosso dia-a-dia, como acontece com o andar, falar, entre outros aspetos, que muitos idosos deixam de conseguir fazer devido a alguma doença, ou simplesmente ao próprio envelhecimento.

Apesar destes aumentos de limitações relativas ao envelhecimento do corpo e muitas vezes também da mente, também nos deparamos com um aumento de certos aspetos tais como o conhecimento e a experiência de vida que juntos são uma vantagem para o desenvolvimento de capacitações que nos possibilitam ter uma vida autónoma e com dignidade.

Podemos adaptar os conhecimentos e a experiência de vida dessas pessoas para desenvolver outras capacitações que foram diminuindo ao longo do tempo. Por vezes a lembrança do que as pessoas passaram faz com que a mente continue ativa e não haja diminuição de discernimento. Tudo o que podemos conhecer da pessoa que queremos ajudar é essencial para que as capacitações surjam ou se desenvolvam e nunca diminuam.

2.3. Preferências, desejos e hábitos

Cada preferência, desejo e hábito que uma pessoa tem é criada em boa medida através da sociedade em que vive. Cada pessoa desde que nasce é influenciada pelo meio ambiente em que está inserida e ao longo da sua vida vai adaptando o que acha realmente benéfico para si, que valores, que hábitos deve adotar para si.

Todo o processo de autodescoberta vai sofrendo ganhos e perdas; vão sendo geradas alterações até ao fim da sua vida. Quando essas alterações são feitas consoante a vontade da própria pessoa, os seus desejos, preferências e hábitos revelam-se reais e genuínos, mas quando as alterações são provocadas por algo exterior que o indivíduo não quer e não consegue controlar, fazendo com que os desejos se gerem numa base errada, ou seja, no medo que pode afetar a própria vida de forma negativa, tem que ser garantida a proteção do indivíduo e evitar essa alienação.

Na distopia orwelliana *1984* são assinalados vários aspetos de um regime autoritário, onde o controlo do Estado sobre as pessoas chega a ser obsidente e fazendo com que as pessoas ajam consoante os desejos desse regime e não dos seus, sendo o medo o fator dominante para essas ações. Nessa obra as pessoas que fazem parte desse

regime opressivo não conhecem outra realidade, ou seja, não sabem o que é viver numa sociedade em que as suas opiniões, crenças, desejos e preferências são essenciais para a construção e desenvolvimento da sociedade em que vivem. Nessa sociedade opressiva as pessoas vivem ignorantes e ignoradas pela própria sociedade, sendo que se essa indiferença interfere na forma de viver de cada um fazendo com que as pessoas que necessitam de ajuda não a têm tornando-se esquecidas.

Cada pessoa deve ter o direito de alterar as suas convicções, desejos, preferências, hábitos consoante o que é para si uma boa qualidade de vida, sem esquecer os outros. Essas alterações têm que ser livres, sem qualquer interferência contra a vontade da pessoa. A liberdade é essencial para cada indivíduo se formar, criar toda a sua personalidade e assim desenvolver as suas capacitações e ao mesmo tempo gerar outras. É necessário que haja uma consciencialização sobre o que as pessoas desejam. A esse respeito, David Crocker, Professor de Filosofia na Universidade do Colorado, afirmou:

O que o indivíduo vem a perceber mais claramente é uma conceção do bem que ele recebe da sociedade e segundo a qual ele se propõe viver; numa sociedade; o acordo público é alcançado como resultado do escrutínio e do esclarecimento recíprocos de diferentes propostas individuais. (1993, 105)

O indivíduo deve perceber que todas as conceções que aprendeu quando era criança são fruto da sociedade em que vive, tendo o direito de poder optar por continuar a acreditar e defender essas crenças, ou não.

Todas as pessoas têm preferências distintas tanto em comparação com outras sociedades como dentro da sua, por isso é necessário ter em atenção essas preferências notando vários aspetos como a sociedade em que vive, qual o tipo de grupo a que pertence dentro da sua sociedade (se é homem ou mulher, qual a idade, entre outros). Como nesta dissertação o meu foco é a faixa etária dos idosos devemos dirigir a nossa atenção para as preferências dessas pessoas, selecionando o que se revela fundamental para a concretização de uma boa qualidade de vida. Voltado, de novo, ao texto de Isabel Dias supracitado, diz a autora: «(...) importa perceber em quem nos queremos transformar ao longo do processo de envelhecimento e que significado lhe atribuímos» (*Op. cit.*, p. 257).

Martha Nussbaum retrata, na sua obra *Women and Human Development*, casos reais de mulheres que sofrem de discriminação, humilhação e todo tipo de abusos (o seu foco é a sociedade indiana). Esses tipos de abusos também são verificados na sociedade portuguesa direcionados principalmente a mulheres, apesar de também serem dirigidos a homens da faixa etária idosa. Conforme dados oficiais da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) foi registado um aumento de casos de violência contra idosos de 774 em 2013 para 852 em 2014, 80% a violência é exercida contra mulheres (2015, p. 2). Para travar esses abusos é necessário perceber o que as preferências, os valores, os desejos, as crenças, os medos, as necessidades físicas e psicológicas que têm realmente, para que posteriormente seja garantida a segurança e o apoio a essas pessoas.

Nussbaum mostra na sua obra, referida no parágrafo anterior, que muitas mulheres ultrapassaram os seus medos e traumas através do apoio de outras mulheres que passaram pelos mesmos abusos. O facto de falar, de haver divulgação do assunto (da violência, abandono, discriminação, humilhação que muitos idosos passam) é um grande passo para haver consciência por parte de todas as pessoas que estes abusos existem, que há a necessidade de mudar a situação e que a própria pessoa que vive esse abuso perceba que não está correto e que é apoiada se denunciar o caso.

Em acordo com as ideias de Marta Nussbaum, estão as teorias de nível micro que se baseiam na análise do que é importante para o idoso, para que tenha uma boa qualidade de vida e se sinta realizado que, como assinala Dias (2005), levam em conta «(...) valores, preferências e atitudes dos idosos e [n]o modo como eles se adaptaram a transições importantes ao longo do ciclo da vida (...) [isto é, o] estudo das (auto) escolhas dos idosos e para o seu nível de bem-estar e satisfação» (p. 256).

2.3.1. Maus tratos a idosos

No suprarreferido artigo “Envelhecimento e violência contra os idosos” a sua autora elenca e descreve cinco tipos de maus tratos de que os mais velhos muitas vezes são vítimas, a saber: “abuso físico”, “abuso psicológico”, “abuso material”, “negligência ativa”, “negligência passiva”.

No que concerne ao primeiro, o “abuso físico”, Isabel Dias define-o como causador de «lesões físicas ou psicológicas visíveis como, por exemplo, a diminuição da mobilidade, confusão com outras alterações comportamentais.» (*Op. cit.*, p. 262). Este tipo de violência é o mais comum, tanto contra mulheres, como contra crianças e idosos. Em relação a estes últimos, este tipo de violência pode fazer com que as vítimas fiquem ainda mais dependentes dos seus prestadores de cuidados/agressores. Tal abuso, apesar de ser físico, também acarreta consequências a nível psicológico, como a citação assinala. A respeito afirma a dita autora:

Abuso psicológico consiste na prática de angústia e sofrimento mental (...) o idoso maltratado psicologicamente geralmente sente medo, apatia e tem dificuldade em tomar decisões. Este tipo de abuso conduz a uma diminuição da dignidade e da auto-estima do idoso.

(*Ibidem*).

A violência psicológica pode não prejudicar as vítimas em relação à sua mobilidade, mas tal como o abuso físico, pode fazer com que o idoso fique mais dependente, pois as sequelas mentais podem afetar o seu discernimento, fazendo com que não consiga pensar normalmente (estando privado de tomar qualquer tipo de decisão). Este abuso pode fazer com que nunca haja qualquer denúncia, pois o idoso, ficando privado de discernimento não consegue fazer qualquer tipo de escolha.

O terceiro tipo, o do “abuso material”, considera Dias (2014) tratar-se da «exploração económica ou imprópria do idoso e no uso ilegal dos seus fundos e recursos» (p.263). Segundo ela, esta violência muitas vezes está agregada tanto ao abuso físico como ao abuso psicológico.

A “negligência ativa” é descrita, no geral, como «recusa ou fracasso intencional ao nível da prestação de cuidados necessários ao bem-estar da pessoa idosa» (*Ibidem*), entrando na sua categoria «ações como a negação deliberada de alimentação, de cuidados de higiene ou de saúde» (*Ibidem*). Este tipo de abuso acontece tanto dentro do seio familiar como em instituições e por isso seria necessário um maior controlo nos cuidados prestados aos mais velhos, havendo mais oferta de ajuda para cuidar deles.

O último tipo, o da “negligência passiva”, diferencia-se do anterior, no entender da autora por não ser consciente nem intencional. Esta violência ocorre, sobretudo,

quando os cuidados familiares não estão entregues a profissionais especializados e habituados a lidar com idosos. Evitá-la implica um maior apoio a essas famílias por parte do Estado, até mesmo de instituições e associações.

Um outro aspeto é o do isolamento dos idosos, bastante manifesto em áreas urbanas, mas principalmente em áreas suburbanas, onde as pessoas têm mais dificuldade em deslocar-se devido a difíceis acessos, inexistência de transportes, falta de cuidados de saúde próximos da sua residência. Persistindo ainda com Dias (2014), vale lembrar que o envelhecimento em Portugal «(...) quer nas áreas suburbanas, quer nos grandes centros urbanos, revela-nos que a experiência de envelhecimento no nosso país se processa, muitas vezes, em quadros de exclusão social e de maus tratos.» (p.270).

Para que se possa minimizar, até mesmo acabar com esta violência é necessário haver bastantes alterações no modo como a sociedade encara o envelhecimento, e introduzir um controlo maior tanto no seio familiar (profissionais especializados apoiarem as famílias cuidadoras), como nas instituições que prestam os cuidados necessários aos mais velhos. É importante também informar os próprios idosos de que têm direitos e que caso haja qualquer tipo de violência contra eles é necessário denunciarem esse abuso, sem qualquer receio, pois serão protegidos pelo Estado e por instituições ou organizações que ajudam na defesa dos direitos humanos.

Quero ainda acrescentar, ainda que muito brevemente, que no artigo que convoquei para esta secção, a autora identifica duas soluções para o problema da violência contra os idosos. A primeira passa pelo envolvimento de pessoas exteriores ao seio familiar, que «torna mais difícil a prática de abusos sobre idosos», uma vez que «não só intervêm, como podem denunciar os maus tratos, ou a suspeita da sua existência» (*Op. cit.*, p.265). A segunda requer o apoio geral da sociedade, ou seja, «o apoio comunitário, a integração na rede alargada das relações de parentesco e de vizinhança» enquanto «medidas inibidoras da prática de abusos sobre os idosos na família» (*Ibidem*)

Tendo em conta todos estes abusos é importante vermos as necessidades que os mais velhos têm para que esses tipos de violência desapareçam. Assim, tomando por base a lista das capacitações de Martha Nussbaum procurarei identificar aquelas mais propícias a desenvolver nas pessoas mais idosas para que seja possível haver um maior domínio por parte das mesmas na sua própria vida.

2.3.2. Fatores psicológicos

O envelhecimento é um processo de constantes perdas e ganhos, ou seja, é um processo que altera os seres humanos tanto a nível físico como psicológico. As alterações psicológicas podem afetar a forma como as pessoas vêem a sua vida. Fatores sociais e biológicos afetam o ser humano de formas distintas a nível psicológico, fazendo com que quando há alguma perda tenham que ser geradas compensações que minimizem a consequência dessa perda.

Sara (2009), já acima referida, analisa o fenómeno do envelhecimento tendo em conta o facto psicológico de cada pessoa. Nessa sua análise encontra-se uma preocupação com as perdas que cada pessoa sofre ao longo da vida, assim como com a questão da morte. Em relação às perdas que sofremos ao longo da vida pretende deixar claro essa autora que existem mudanças de mentalidade, ou seja, diferentes formas de pensar que se revelam formas de resolução de problemas e adaptação psicológica do que é o envelhecimento e o que ele nos pode trazer. Essas perdas podem ser físicas ou de outro tipo. No seu entender, todavia, as físicas devem ser compensadas com soluções psíquicas (o modo como uma pessoa executa uma ação antes era realizada de forma banal e que agora deixou de o poder ser possui alternativas). Tais soluções podem ser exclusivamente autónomas, necessitar de outras pessoas para ajudar, ou até mesmo usar a tecnologia que já existe para minimizar certas perdas (este ponto vai ser abordado no último capítulo).

Apoiando-se em pesquisas efetuadas pela psicóloga da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa Maria Eugénia Silva que visaram demonstrar a relevância das estratégias psíquicas na adaptação de cada pessoa ao envelhecimento: sublinhou a autora, citando um artigo da última datado de 2005, que com o surgimento da Psicologia Cognitiva «surgiu toda uma tendência para salientar as forças individuais e sociais que promovem nos indivíduos a resiliência e a capacidade de adaptação, favorecendo experiência de felicidade, otimismo, esperança no futuro e bem-estar» (p. 14).

Com efeito, aliada a esta psicologia positiva pode existir uma psicologia preventiva que realça todo o pensamento humano atribuindo um aspeto fundamental ao discernimento de cada pessoa para ser autónomo e ter controlo da sua vida e, consequentemente, do seu bem-estar.

O pensamento como fator para uma boa qualidade de vida também é abordado por Martha Nussbaum nas suas obras, essencialmente em *Creating Capabilities* quando considera as dez capacitações essenciais para a vida. A capacitação “razão prática” foi particularmente criada por Martha Nussbaum para referir a importância que o pensamento tem na vida de cada ser humano. Nessa capacitação é referido que cada pessoa deve ter a liberdade de viver como queira, ou seja, que cada pessoa deve ter o poder de discernir as escolhas que quer para a sua vida, de pensar no que a faz feliz e assim tentar concretizar esses pensamentos para poder alcançar a qualidade de vida a que aspira, sem obviamente prejudicar os outros.

Nos idosos revela-se, com frequência, um sentimento de diminuição do que são, fazendo com que se sintam menos capazes de realizar certas tarefas e de poderem pensar em soluções para melhorar a própria vida. Essa diminuição pode ser gerada pelas atitudes negativas da sociedade, fazendo com que os idosos se sintam cada vez mais vulneráveis e com uma imagem diminuída deles próprios. Ainda tomando em consideração investigações de Maria Eugénia Silva, Sara (2009) reitera a perspectiva daquela de que «as relações afetivas e o sentimento que se possui de uma existência própria nos pensamentos e sentimentos de outra pessoa são essenciais para se validar o self e para assegurar uma certa perceção de continuidade» (p. 15).

A “continuidade”, mencionada por Sara na citação anterior, é essencial existir nos hábitos e estilos de vida adotados durante a vida de cada pessoa, tal como nas preferências. Essa continuidade pode ser um dos fatores dominantes para que cada pessoa consiga envelhecer com satisfação e qualidade de vida, pode contribuir para a diminuição da solidão da qual muitos idosos sofrem.

Margarida Lima, na suprarreferida entrevista, afirmou que o maior desafio do ser humano é «o reconhecimento da inevitabilidade da mudança, da imprevisibilidade da nossa vida, e o confronto com a morte» (S.a., 2009). Desafio esse que se encontra ligado à continuidade de existência de hábitos e estilos de vida adotados durante a vida de cada pessoa. Por isso, a esse respeito ainda, de hábitos que devem existir na vida de

cada pessoa à medida que envelhece a nível psicológico, acrescentou a mesma autora o seguinte inventário: «a flexibilidade, a plasticidade... a capacidade de aceitar as (...) mudanças...» (*ibidem*), e a nível físico estoutro: «(...) o exercício, a boa alimentação, a vivência de experiências positivas e estimulantes, a aprendizagem, o fortalecimento das amizades...» (*ibidem*).

À volta do envelhecimento e das perdas sofridas ao longo da vida de cada ser humano, temos o tema da morte. Ao envelhecemos e nos depararmos com o avanço da idade e as perdas de pessoas que nos são próximas, vamos tendo cada vez mais noção da morte e do que ela implica. A morte é um tema que condiciona o pensamento humano, obrigando-nos a refletir sobre o envelhecimento, o que isso implica no futuro e consequentemente na nossa própria limitação. Pegando nas palavras de Sara (2009), elas mesmas apreendidas das de Eugénia Silva, «A morte é uma condição no ser humano, que tem consciência da sua finitude. A morte é o desconhecido que o ser humano receia enfrentar e encarar» e «aceitar a ideia da morte, não é tarefa simples, pois aceitá-la como uma realidade é reconhecer a finitude do ser humano é aceitá-la como uma realidade inerente a cada um de nós» (pp. 15-16).

2.4. As capacitações e os idosos

Nesta secção irei dirigir o meu foco para pessoas da faixa etária idosa com o intuito de seleccionar quais as capacitações, baseando-me na lista de Martha Nussbaum, que devem ser tidas em maior consideração quando queremos promover uma boa qualidade de vida a essas pessoas.

Inicialmente é necessário olhar para os problemas que a maioria dos idosos enfrenta, tais como as dificuldades físicas, a diminuição das capacidades cognitivas, entre outras diminuições de capacitações que fazem com que, por vezes, não consigam viver sozinhos e sem pessoas que os apoiem nas suas atividades diárias. Mas estas dificuldades não se verificam em todos os idosos, cada pessoa é diferente e por isso não envelhecemos todos da mesma forma, sendo essencial que dentro de uma sociedade,

cada pessoa em particular seja tido em atenção e sejam detetadas quais as necessidades reais que têm.

Cada ser humano é confrontado, com o passar dos anos, com a diminuição das suas aptidões físicas e mentais, fazendo com que necessite de mais cuidados, principalmente de saúde. Por vezes esses cuidados têm que ser garantidos por um familiar, ou até mesmo por alguém exterior a seio familiar.

A população mais envelhecida muitas vezes é rejeitada e vista como um peso para as famílias que têm que cuidar dos mais velhos. Essa dependência dos idosos para com as famílias faz com que haja uma certa rejeição e posteriormente a existência de maus tratos dirigidos aos mais velhos. Retomando Dias (2005):

A relação entre os níveis de dependência e o mau trato de idosos tem encontrado suficiente sustentação empírica. A elevada dependência dos idosos, ao nível da prestação de cuidados por parte dos membros da família (...cônjuges e filhos/as), mas também a dependência destes em relação às prestações financeiras daqueles é considerada por muitos investigadores como um fator de risco importante. (p.264)

Essa violência faz com que os mais idosos tenham que lidar com consequências negativas tanto fisicamente como psicologicamente, fazendo com que a sua dignidade seja violentamente destruída. Ainda seguindo Dias (2005):

(...) mau trato de idosos se refere a um comportamento destrutivo, dirigido a um adulto idoso, que ocorre num contexto de confiança e cuja frequência... não só provoca sofrimento físico, psicológico, emocional, como representa uma séria violação dos direitos humanos. (p.262)

A mesma autora realça, ainda, nesse seu trabalho dois dos pontos que provocam essa violência em relação aos mais idosos, plasmados na citação seguinte: «a perceção social de falta de poder dos idosos e a desvalorização de que são frequentemente alvo, não só alimentam processos de intimidação e de mau trato, como se convertem geralmente em novas relações e instituições» (p. 258/259).

O envelhecimento muitas vezes é visto como um aspeto negativo dentro de uma sociedade (falo mais concretamente na portuguesa). Em Portugal temos um insuficiente

apoio a pessoas que se tornam dependentes de alguém e por isso a carga que as famílias têm que suportar torna-se maior. O sociólogo João Barreto, por exemplo, refere que «aumenta a sobrecarga das famílias e com ela a rejeição e os maus tratos; praticamente não temos instituições residenciais para dependentes» (2005, p. 299).

O envelhecimento pode ser um processo de grande instabilidade, e isso influencia a personalidade de cada pessoa a sua relação com os outros e a forma como encara o avanço da idade. Sara (2009), já referida, baseando-se em ideias do psiquiatra estadunidense Dan Blazer, sublinha que um aspeto negativo que o envelhecimento pode provocar é que «a sensação de perda de identidade e sentimentos de culpabilidade e angústia pelo que fez ou poderia ter feito, podem levar a sentimentos graves e de negação da própria vida» (pp. 13-14)

E em Barreto (2005) podemos verificar que é necessário compreender qual o significado de qualidade de vida para as pessoas, focando-nos essencialmente nas pessoas mais idosas. Quando esse significado é encontrado devemos ter a preocupação de procurar a melhor forma de cuidar e assim dar a cada idoso uma vida plena e com qualidade. Como salientou esse autor: «A qualidade de vida da pessoa que envelhece é naturalmente afetada pelas perdas e carências que a atingem» (p.301).

Cada faixa etária tem as suas vantagens e desvantagens, mas devemos tirar proveito das vantagens e minimizar as dificuldades. Os idosos são uma parte da nossa cultura, dos nossos valores, da sociedade que necessita de ser preservada e apoiada. O passado que os nossos avós construíram é o fruto da sociedade onde vivemos, todas as lutas, as conquistas, as tradições, fazem parte de cada ser humano. Devido a esforços dessas pessoas as gerações seguintes podem desfrutar de coisas que antes não existiam. Um exemplo disso (dentro da nossa sociedade) é estar reunido com um grupo de amigos e conversar sobre tudo o que queremos, algo que agora é garantido mas que antes não era. Como pessoas integrantes de uma sociedade todos temos a obrigação de apoiar cada ser humano que necessite de ajuda.

Levando em consideração um estudo empírico da autoria conjunta de Constança Paúl, António Fonseca, Ignacio Martín e João Amado publicado em 2005, onde, a partir de uma pequena amostra da população portuguesa idosa que vive em meio rural ou em meio urbano, se tenta apurar a “satisfação e qualidade de vida em idosos portugueses”, destaca Sara (2009) que: os idosos que sentem alguma solidão/insatisfação têm atitudes

negativas face ao envelhecimento e estão agitados/ansiosos; as mulheres mostram sentir mais solidão/insatisfação e maior agitação; os casados são favorecidos nas subescalas de solidão/insatisfação e agitação; os idosos urbanos têm atitudes face ao envelhecimento mais negativas; o nível de educação e rendimento associam-se ao sentimento de solidão/insatisfação que é tanto maior quanto menor a educação e o rendimento dos idosos (p.54).

Apesar de haver necessidade de olhar cada pessoa para perceber o que realmente necessita, podemos identificar quais capacitações as pessoas idosas, em geral, necessitam para viverem uma boa vida. A lista das dez capacitações que Martha Nussbaum cria é uma boa base para implementar medidas mais concretas que chegam diretamente a cada pessoa individualmente.

2.4.1. Adaptação da lista das capacitações

Todos os indivíduos têm necessidades distintas uns dos outros e há pessoas que precisam mais de certos bens do que outras. Por exemplo, uma pessoa doente tem menos defesas do que uma pessoa saudável e por isso necessita de mais recursos (como comida, medicamentos, entre outros) e de mais cuidados. Para que as pessoas consigam alcançar uma boa qualidade de vida é necessário definir quais as suas necessidades, o que querem e precisam para que as suas vidas sejam desfrutadas de forma tranquila e digna.

De acordo com a lista que Nussbaum criou como base para que todos os indivíduos possam ter uma boa vida, vou selecionar quais as capacitações que deverão ser desenvolvidas na vida das pessoas idosas.

As capacitações essenciais na vida de cada idoso devem ser, assim entendo: vida, saúde corporal, integridade corporal, razão prática, afiliação.

Vida. Martha Nussbaum define esta capacitação do seguinte modo: «Poder vivir hasta el término de una vida humana de una duración normal; no morir de forma

permatura o antes de que la propria vida se vea tan reducida que no merezca la pena vivirla» (Nussbaum, 2012, p.53).

Trata-se da primeira capacitação da sua lista. Apesar disso a autora não lhe reivindica mais importância que as outras nove. Todas elas, com efeito, detêm, em seu entender, a mesma importância. O mais relevante é que todas as capacitações necessárias estejam ligadas, só aí é que teremos a base para alcançar uma boa qualidade de vida.

Relativamente aos idosos, a capacitação vida é a base para a possibilidade dessas pessoas poderem viver uma vida digna, e morrer de forma tranquila sem que algo exterior interfira na sua morte natural.

Esta capacitação é uma ideia inicial e geral de todas as outras capacitações, é o reflexo do que deve ser a vida de uma pessoa, a sua definição, desde que nasce até que morre, e por isso é necessário implementá-la do início ao fim da vida de cada pessoa.

Saúde corporal. De acordo com a filósofa estadunidense, esta capacitação consiste essencialmente em: «Poder mantener una buena salud; recibir una alimentación adecuada; disponer de un lugar apropiado para vivir.» (*ibidem*).

Normalmente, à medida que vamos envelhecendo, vamos ficando com menos defesas, vai diminuindo a nossa força física, vamos tendo mais problemas de saúde a nível físico (o corpo vai enfraquecendo) e a nível mental vamos ficando mais esquecidos, mais lentos no raciocínio. Todas estas consequências do envelhecimento vão fazendo com que as pessoas necessitem de mais cuidados de saúde, alimentação, habitação, entre outros. Nesta capacitação estão presentes os bens básicos que todas as pessoas precisam: alimentação e abrigo.

A alimentação e uma habitação adequada para viver são essenciais para que as pessoas mais idosas tenham os bens básicos necessários para uma vida mais acolhedora e boa, por isso o estado tem a obrigação de garantir que os seus cidadãos tenham esses bens.

Integridade física. Relativamente a esta capacitação, Nussbaum caracteriza-a assim: «Poder desplazarse libremente de un lugar a outro; estar protegidos de los ataques violentos, incluyendo...la violencia doméstica.» (*ibidem*).

Tendo em atenção o que significa para a autora esta capacitação, podemos notar que o facto de uma pessoa idosa ter os instrumentos necessários para se deslocar de um sítio a outro sozinha ou até mesmo ter uma pessoa sempre disponível para a ajudar na sua deslocação é um grande apoio para tornar a vida destas pessoas mais facilitada e, consequentemente, melhor.

Em relação à segunda parte da citação, o facto de garantir a segurança aos idosos é um fator essencial para os problemas que nos deparamos atualmente. Nussbaum fala, principalmente na sua obra *Women and Human Development*, sobre a violência doméstica dirigida às mulheres (o foco principal são mulheres indianas), mas atualmente também temos vários exemplos de idosos que sofrem dessa violência. Esta violência é exercida, a maior parte das vezes, por familiares e as agressões encontram-se escondidas até acontecer uma situação mais grave que seja divulgada.

Dias (2014) assinala que:

(...) perspetivas feministas partilham a premissa de que existem diferenças importantes no modo como a idade e o envelhecimento afetam homens e mulheres. O envelhecimento ocorre num contexto de desigualdades, o que permite a certos grupos sociais a manutenção de privilégios e poder (p. 258)

E eu aduzo que essas diferenças também podem ser verificadas em relação à violência que tanto mulheres como homens idosos sofrem. Mas as mulheres em qualquer idade são mais vitimizadas do que os homens, e isso também se verifica de forma bem acentuada nos idosos.

Neste caso o papel da família deve ser questionado e analisado, tal como o fez Martha Nussbaum na sua obra *Women and Human Development*.

Razão prática. «Poder formarse una concepción del bien y reflexionar críticamente acerca de la planificación de la propia vida.», é desse modo que Martha Nussbaum define esta capacitação (Nussbaum, 2012, p.54).

Ela resulta essencial para as pessoas poderem pensar e decidir o que querem para a sua vida. Para os mais velhos esta capacitação mostra-se muito importante para que possam ter a liberdade de poder tomar decisões próprias, onde a sua vida está nas suas mãos e não na posse de qualquer outra pessoa.

Apesar das pessoas mais velhas, em princípio, não planearem grandes objetivos para o seu imenso futuro (como acontece com os mais novos), devem ter o objetivo de alcançar tudo o que lhes proporciona uma boa qualidade de vida. Podem ter certas limitações, mas o objetivo da qualidade de vida nunca pode ser posto de parte e deve ser sempre um dos seus pontos a alcançar o mais depressa possível.

Afiliação. Martha Nussbaum dividiu esta capacitação em dois pontos. O ponto que faz mais sentido ser proporcionado e defendido na vida dos mais velhos é o seguinte: «Disponer de las bases sociales necesarias para que no sintamos humillación y sí respeto por nosotros mismos; que se nos trate como seres dignos de igual valía que los demás.» (*ibidem*).

Esta capacitação é muito importante para que as pessoas se sintam protegidas a nível social, ou seja, ao desenvolvermos esta capacitação cada pessoa se respeita a si e aos outros da mesma forma. Este respeito é muito necessário os mais idosos sentirem por parte das pessoas que estão à sua volta e pela sociedade onde vivem.

Os idosos muitas vezes sofrem vários tipos de discriminação e humilhação por parte da sociedade onde vivem, mas também pela própria família que os ignora, abandona e muitas vezes os mal trata. Assim, esta capacitação protege as pessoas de todo tipo de violência discriminatória, tal como é verificado nesta citação de Nussbaum: «disposiciones que combatan la discriminación por razón de raza, sexo, orientación sexual, etnia, casta, religión u origen nacional.» (*ibidem*).

2.5. Papel da família

Atualmente deparamo-nos com casos muito graves de violência doméstica contra idosos, de roubos que a própria família faz aos seus entes mais velhos, da solidão que os mais velhos passam devido à falta de atenção, de apoio por parte da própria família. Devido a estas atitudes serem exercidas por parte de familiares é necessário verificar qual a função que a família tem na vida das pessoas mais idosas, qual a importância do apoio a essas pessoas para que possam usufruir de uma vida digna.

Para esta análise irei basear-me nas considerações que Martha Nussbaum faz na sua obra *Women and Human Development* sobre qual o papel que as famílias têm no desenvolvimento das capacitações.

Nesse seu ensaio crítico centra-se a autora na opressão que as mulheres sofrem por parte, principalmente, da própria família e dá vários exemplos de histórias reais da opressão que essas mulheres passam. Esta situação de opressão por parte das famílias também se verifica contra os idosos, tanto contra mulheres como homens.

Esta opressão é exercida através da violência física (devido à fragilidade que normalmente estas pessoas têm), psicológica, extorsão de dinheiro, entre outras opressões que provocam o seu isolamento e a violação da dignidade da pessoa e da sua vida. Martha Nussbaum aí aponta o papel que muitas vezes as famílias têm na vida das pessoas, um lugar que rebaixa as pessoas e a sua vida, quando diz: «La familia puede significar amor, pero puede significar también desatención, abuso y degradación.» (2002, p.322).

Os nossos comportamentos são, em boa medida, a imagem dos valores que nos foram transmitidos. Assim, se uma pessoa é criada com a noção de que os idosos não são uma parte importante da nossa sociedade isso vai refletir-se no seu comportamento com as pessoas mais velhas. Se numa sociedade as pessoas são educadas a não acompanhar as pessoas mais velhas, a ignorar a importância que essas pessoas têm e tiveram no presente e no futuro da sociedade não vão agir dignamente em relação aos idosos. Neste caso a capacitação “afiliação” é muito importante para que haja uma noção de ajudar e respeitar o outro. Sem retirar importância a qualquer outra capacitação da lista que Nussbaum criou, a capacitação “afiliação” é essencial para que haja a noção de ajuda, respeito e igualdade entre todos, sem exceção, no seio das sociedades. Relativamente a esta ideia, afirma a filósofa de Harvard:

visión aristotélico-marxista de que el funcionamiento plenamente humano requiere afiliación y reciprocidad con otros, también he hecho propia la idea de que una variedad de formas de afiliación que se encuentran entre las capacidades humanas más importantes y que cubren también todas las demás capacidades. (*Idem*, p.323).

É necessário proteger a dignidade e integridade de todas as pessoas que fazem parte da sociedade, mas principalmente olhar para as pessoas que demonstram ter mais necessidades e apoiá-las na sua luta contra a violência que sofrem. Para Nussbaum a dignidade e a integridade pessoais são “metas sociais” essenciais para que a ideia de vida boa para cada pessoa se realize. Existe a necessidade de questionar todas as pessoas dentro do seio familiar e perceber o que cada pessoa sente, que influência tem a família na sua vida (se existem ou não consequências no que quer fazer, se a sua vida é prejudicada). Por isso relativamente à importância da família, salienta que, quando tentamos agir justamente, «debemos preguntar en detalle qué hace ella (familia) para las capacidades de cada uno de sus miembros, en el área del amor y del cuidado, y también con respeto a las demás capacidades.» (*idem*, p.325).

Ainda nesta obra que tenho vindo a analisar, Martha Nussbaum trata da discriminação e violência por parte dos homens contra as suas próprias esposas. Como se baseou na sociedade indiana a maioria dos casos que retrata são de matrimónios forçados. Em razão disso realça a importância da família ser constituída por pessoas que se querem, existir um matrimónio que seja aceite pelas duas partes em questão. Seguindo esta perspetiva e olhando para o caso de discriminação e violência contra os idosos a necessidade de perceber o que as pessoas realmente querem se torna urgente tendo que haver uma intervenção exterior no seio familiar.

Na Índia os idosos têm uma importância diferente da que a sociedade portuguesa atribui às pessoas mais velhas. Nussbaum num ponto da sua obra dá a conhecer o facto das pessoas na velhice serem ajudadas pelos próprios filhos, algo dado por estabelecido na sociedade indiana que se tornou uma tradição. O meio onde vivemos e tudo o que nos é transmitido pela sociedade em que vivemos revela-se fundamental para a nossa conduta futura. Isso mesmo lembra Dias (2005), na linha de estudos feitos por Rosalie Wolf e Karl Pillemer em 1989, quando diz:

A perspetiva da transmissão intergeracional do comportamento violento argumenta que a exposição à violência durante a infância, a experiência de vitimização durante este período e o testemunho na família da prática de maus tratos sobre os membros mais velhos conduz à aprendizagem de comportamentos abusivos e provavelmente a sua reprodução. (p.264)

Em *Women and Human Development* Nussbaum fala da família como um grupo que é estruturado através do Estado. O Estado é o órgão que torna a família legal. A constituição de uma família deve ser realizada somente com pessoas que se escolham, e essa constituição é feita de formas distintas umas das outras e cumprindo certas condições do Estado para que se torne um órgão legal com direitos e deveres. A família tem que ser um grupo que se apoie mutuamente, que se ame, um grupo que se forma através da união entre todos. Nestas condições a família deve ser autónoma com certas restrições, para ser legal.

Existe uma deficiência grande nos cuidados prestados aos mais idosos, tanto pelo que é prestado pelas famílias (muitas vezes insuficiente devido aos poucos conhecimentos que têm) como por prestadores de cuidados exteriores ao seio familiar (que são escassos e muitas vezes inacessíveis a todas as pessoas devido ao seu elevado valor monetário). Mas existe outro problema comum a estes dois prestadores de cuidados: os maus tratos. Relativamente aos prestadores exteriores (instituições, lares, entre outros), muitas vezes são casas clandestinas que cuidam dos mais idosos de forma precária e violenta. Em relação às famílias os maus tratos podem ser verificados de duas formas, uma é que muitas vezes se vêm obrigadas a cuidar dos mais velhos devido à insuficiência económica de ter algum apoio profissional chegando ao ponto de maltratar os mais idosos e a outra é verificada quando existe interesse económico por parte de familiares, existindo violência contra os idosos para chegar a esse fim.

É muito importante, pois, que haja uma atenção redobrada no apoio aos cuidados que os mais velhos necessitam. A respeito, Barreto (2005) deixa claro:

(...) tanto o apoio social como sobretudo a ajuda de cuidadores informais contribuem decisivamente para dar mais qualidade à sua vida e melhorar o seu bem-estar. Mas os prestadores de cuidados aos idosos necessitam eles mesmos de receber ajuda, não só de ordem material e técnica, como também psicológica e ‘humana’ (p.301)

O Estado, todavia, deve ter a obrigação de perceber, se em cada família existe harmonia e não violência e humilhação. Se a família é um órgão que pertence legalmente do Estado, este tem obrigação de proteger todos os membros que se encontram dentro da família, ou seja, o Estado deve ter a obrigação de proteger todos os cidadãos e por isso deve perceber o que cada um quer e necessita para intervir sobre

qualquer tipo de violência que afete a vida de todas as pessoas. Toda essa proteção a todos os membros da família passa por os apoiar a todos os níveis, através de apoios exteriores e profissionais. Isso aparece reivindicado por Dias (2005) quando assevera a «(...) existência de redes de apoio social como um fator importante quer de moderação do stress e tensões experimentadas pelas famílias que tem idosos a seus cargos, quer de combate ao referido isolamento» (p.265).

2.5.1. Rawls e a família: a leitura de Nussbaum

De acordo com Nussbaum (2002), Rawls considera que a família tem um papel essencial para todos os seres humanos concebendo-o da seguinte forma: «El *principio de restricción moral*: todo lo que sea cruel o injusto, aunque tenga lugar en la familia, no merece ser incluido en lo que valoramos cuando valoramos y protegemos la familia.» (p.360)

A família é um grupo da sociedade muito importante para o desenvolvimento de cada pessoa. Este grupo influencia todo o desenvolvimento das pessoas ao longo da sua vida, as suas capacitações são influenciadas por esse grupo, toda a sua personalidade é constituída, inicialmente, pela família. Nussbaum reconstrói a conceção de Rawls sobre o papel da família para Rawls nos seguintes termos:

No debemos perder de vista el hecho obvio de que la familia tiene una profunda influencia en el desarrollo humano, una influencia que está presente desde el comienzo de una vida humana. La familia tiene un derecho muy fuerte a ser tenida en cuenta como parte de la estructura básica de la sociedad y a que se la considere entre las instituciones que han de ser reguladas en forma más directa por los principios básicos de justicia. (*Idem*, p.355).

Para Rawls a família constitui a estrutura básica da sociedade, a família é algo natural, algo que está antes de qualquer estado de qualquer lei. É na família que tudo se começa a crescer e a desenvolver. A família é onde o cuidado e o amor atuam, sendo

que todos os membros que estão dentro dela devem usufruir desse amor e cuidado e escolher se querem ou não continuar a permanecer nesse grupo. Através da família são formadas, inicialmente, as oportunidades que as pessoas têm ao longo da vida, são formadas estruturas para que cada membro da família se forme, cresça em todos os aspetos, social, político, económico, cultural, entre outros.

Rawls encontra-se em confronto com o facto de a família ser um grupo muito importante para o desenvolvimento de os cidadãos, para o facto de os cidadãos terem a oportunidade de viver uma vida justa e não haver demasiada interferência exterior no seio da família. Para Rawls a família constitui um grupo que não deve sofrer qualquer intervenção exterior diretamente a ela (à instituição família). Ou seja, a única intervenção que poderá sofrer é a imposição de limites exteriores que podem limitar os indivíduos fora da família. Para Rawls o Estado só deve interferir na família por uma razão extrema, sem ter essa razão não deve ter o poder de interferir em qualquer aspeto do interior da família.

A proteção dos membros da família que Rawls defende, são referidas na obra de Nussbaum do seguinte modo:

el estado no debería intervenir en la conducta de los miembros de la familia sin un interés urgente, pero tal interés urgente proviene siempre de la protección de las capacidades centrales, incluyendo, por supuesto, las capacidades individuales de elegir relaciones de amor y cuidado. (*Idem*, p.360)

Mas muitas vezes, para que haja a noção de que se todos os membros de uma família vivem bem ou não, é necessário haver alguma intervenção exterior para detetar as situações problemáticas que podem existir. Essa intervenção existe, tendo como atores outras instituições que fazem parte das vidas das pessoas. Essas instituições (tal como as universidades, hospitais, e outras instituições sociais) apesar de não terem um acesso direto às famílias têm acesso às pessoas que constituem o grupo família e muitas vezes podem detetar certos problemas que existem dentro do seio familiar.

A família como instituição social deve ser um grupo livre, onde os seus membros têm a liberdade que escolher como a constituir, como viver dentro dela, mas com certas

imposições. Essas imposições são referentes às capacitações que se definem como base para conquistar uma boa vida.

Para Nussbaum o Estado não pode influenciar a família da mesma forma que influencia uma universidade. Nussbaum concorda com o facto de a família constituir a estrutura básica de uma sociedade, mas todos os membros que se encontram dentro dela deveriam desenvolver e ajudar cada membro no desenvolvimento das capacitações centrais de que todos os cidadãos necessitam para viverem dignamente.

Rawls, a maior parte das vezes, vê a família do ponto de vista tradicional sem pensar para outro tipo de famílias, já Nussbaum nota que em primeiro lugar o mais importante é perceber o que cada pessoa quer e precisa, quais as capacitações e liberdades de cada pessoa, se existe cuidado e amor dentro de cada família e de que forma o desenvolvimento das capacitações de cada um é conquistado.

Nussbaum defende o facto de haver intervenção do Estado relativamente às injustiças que várias pessoas passam. Essa intervenção é feita em relação às pessoas e não às instituições em que estão inseridas. É necessário haver uma clara compreensão do tipo de injustiças que as pessoas são sujeitas. Na obra *Women and Human Development* descreve injustiças que várias mulheres sofrem na Índia, exemplos reais que passam por imensas violações tanto físicas como psicológicas. O tipo de violência direcionado a mulheres que Nussbaum retrata na sua obra, pode ser verificado em relação aos idosos. Estas pessoas sofrem de diversas humilhações, diversa violência física e psicológica.

A importância que o Estado tem relativamente à vida das pessoas é asseverada por Nussbaum do seguinte modo: «el interés del estado en a protección de la dignidad, la integridad y el bienestar de cada ciudadano siempre conduce a una construcción positiva de la institución familiar.» (*Idem*, p.363)

Para Nussbaum a sua teoria e a de Rawls, em última instância convergem na reivindicação da criação de leis que proíbam e protejam a dignidade humana. Diferem, no entanto, no modo como criar essas leis e como as aplicar. Para Nussbaum a aplicação de políticas por parte do Estado deve ter como principal foco o indivíduo e as suas capacitações. Tal como refere na seguinte citação: «la razón por la que el estado elegirá

tales políticas es la protección de las capacidades centrales de los individuos.» (*Idem*, pp.364, 365)

Para a filósofa política a proteção dos indivíduos é o mais importante em toda a intervenção do Estado. Se a conduta das pessoas dentro do seio familiar for incorreta tem que haver intervenção do Estado para que haja proteção das pessoas e das suas capacitações. Desde que uma pessoa nasce até que morre tem todo o direito de ser protegido pelo Estado. Uma criança tem que ter o apoio do Estado para se formar, para desenvolver as suas capacitações, os seus valores e ideias, para ser criado um ser humano que no futuro consiga pensar, decidir por si próprio. É muito importante haver uma formação a todos os níveis (social, cultural, económico, entre outros) de cada criança, para que ao se tornar um adulto autónomo que consiga desenvolver mais facilmente as suas capacitações. Apesar desse apoio ser dado inicialmente aos mais novos, também não nos podemos esquecer das pessoas mais velhas que necessitam de proteção e ajuda para que as suas capacitações não deixem de ser desenvolvidas e assim as várias limitações que surjam podem ser minimizadas.

De uma forma sumária afirma assim a autora a importância que, no seu entender, as capacitações devem ter para o Estado: «En mi enfoque, las capacidades centrales proveen siempre de un interés urgente a los fines de la acción gubernamental.» (*Idem*, p. 366)

Tanto Nussbaum como Rawls defendem a liberdade de cada pessoa, e o facto de a família ser um meio onde deve haver amor, cuidado e outras características de emoções positivas e proteção. Mas estes dois pensadores diferem no facto do Estado ter o dever de intervir ou não na família. Para Rawls o Estado não deve ter o direito de intervenção no seio familiar, já para Nussbaum o mais importante são as pessoas, a sua dignidade, proteção e desenvolvimento das suas capacitações por isso, se for necessário, o Estado deve intervir na família zelando pelo bem dos seus membros.

2.6. Idosos – diferenças entre sociedades orientais e sociedades ocidentais

As sociedades contemporâneas e ocidentais olham para o envelhecimento como algo negativo, o facto de os idosos não fazerem parte da população ativa da sociedade é visto como algo que traz consequências e um peso para a economia do país.

Valendo-me, de novo, de Dias (2005), particularmente, considero nesta secção, brevemente, o facto do envelhecimento, muitas vezes, ser visto como negativo por parte da sociedade. O envelhecimento é visto como a chegada do fim de tudo (a morte). Cada vez mais queremos permanecer jovens, aumentando a longevidade e tentando retardar os efeitos físicos e psicológicos do envelhecimento, para continuarmos a fazer parte da sociedade como cidadãos ativos.

Com efeito, segundo Dias (2005), o papel do idoso em diferentes tipos de sociedade foi-se alterando ao longo das épocas, embora destacando a constante do seu envelhecimento ter sido sempre encarado de forma negativa, porquanto, como afirma, nas «(...) sociedades ditas ‘tradicionalis’ (...) a velhice apesar de poder ser fonte de poder e valorização, também significava impotência e inutilidade», a Grécia Antiga, por seu turno «(...) valorizava pouco a velhice, a qual era encarada como sendo triste e ridícula» e «(...) a própria época romana conheceu dois períodos (...): um favorável o qual era alimentado pela ideologia do *pater familias* (...) outro desfavorável, o do tempo imperial, que a rejeitava.» (p.251).

Mas também existiram outras épocas em que o envelhecimento foi reconhecido como uma fase que o ser humano passa de extrema importância, tendo as suas vantagens como todas as outras fases e devendo ser reconhecido com todo o respeito e toda a atenção merecida. Isso mesmo é também recordado por Dias (2005) quando diz que a «(...) renascença e até ao final do séc. XVIII vem reabilitar a velhice e os idosos, passado a reconhece-los como pessoas completas” e que na época das Luzes: “(...) começou a ser produzida legislação no sentido de fazer face as necessidades dos idosos, sobretudo dos mais desprotegidos» (*Ibidem*).

Na época de 1980 países como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha dirigiram a sua atenção ao problema da violência contra os mais velhos, criando medidas que

assegurassem proteção a todos os níveis na vida de cada idoso, e sanções que responsabilizassem os prestadores de cuidados que praticassem qualquer abuso contra os mais velhos.

Em Portugal, o tema da violência contra os idosos é muito recente e ainda não foram encontradas medidas exatas para o controlo desse abuso. Todas as medidas encontradas para diminuir abusos que são exercidos tanto em relação às mulheres, como às crianças e aos idosos ainda estão muito longe do ideal, pois essas medidas ainda não protegem totalmente a vítima. Essas pessoas ainda se encontram muito vulneráveis aos agressores, pois as vítimas estão sempre muitos anos a sofrer de violência sem que o agressor seja “apanhado em flagrante” e quando o abuso é descoberto, as vítimas não são protegidas e apoiadas totalmente, como deveriam ser. Dias (2005) descreve assim estas falhas existentes em Portugal:

Em Portugal, somente através do plano nacional contra a violência doméstica é que se faz referência a violência que é praticada na família sobre os idosos. Todavia, nesse plano não existe uma autonomização das medidas aplicáveis as vítimas consideradas como sendo particularmente vulneráveis a violência doméstica, nomeadamente as crianças, mulheres e idosos. (p.270)

E Margarida Lima, em S.a. (2009) igualmente chamou a atenção para as alterações que o envelhecimento provoca vistas pela sociedade portuguesa. Na sua perspetiva, as «(...) alterações mais relevantes na atualidade da sociedade portuguesa são a perda de poder (associada a acontecimentos de vida como a reforma) e a perda de papéis identitários (... ser sexuado)» (p.1).

Como nesta dissertação, e também para Martha Nussbaum, o mais importante são as pessoas, o que elas podem fazer, o que sentem, é essencial dar atenção de como as pessoas mais velhas são tratadas em sociedades orientais. Em algumas destas sociedades os idosos têm um papel fundamental para a sociedade, como são mais velhos, têm mais experiência e mais sabedoria, fazendo com que sejam muito respeitados. Nessas sociedades é apreciado o sacrifício que as pessoas mais velhas fizeram para promover um futuro melhor aos seus filhos e netos, também têm muita importância em qualquer decisão que um membro da família queira tomar, os membros

mais jovens da família pedem conselhos aos mais velhos. Os idosos têm um grande papel nas decisões políticas e sociais dessas sociedades.

Nas sociedades orientais existem várias comemorações para os idosos a contemplar a longevidade dos mais velhos e agradecer todos os esforços que fizeram pela família e a sociedade onde vivem. Exemplo desta comemoração é o “Dia do Respeito ao Idoso” (Keiro no Hi) no Japão. Devido a este respeito pelos mais velhos, estas pessoas não passam pela humilhação, discriminação e violência de que são vítimas em muitas sociedades ocidentais.

2.7. Martha Nussbaum e o envelhecimento

No oitavo capítulo da sua obra *Criar capacidades*, Nussbaum projeta o seu foco em problemas que verifica nas sociedades atuais. Este capítulo está dividido em secções e cada uma delas trata de assuntos diversos, mas que se podem verificar em qualquer sociedade, tais como: “a descapacitação, o envelhecimento e a importância da assistência”, “a educação”, “os direitos dos animais”, “o direito constitucional e a estrutura política”, entre outros. Nesse capítulo verifica-se que os problemas de uma sociedade são a maior parte das vezes problemas que existem em muitas outras sociedades e por isso a união de forças entre os países é essencial para a resolução desses problemas.

Na respetiva secção “a descapacitação, o envelhecimento e a importância da assistência”, que especialmente me serviu de base para esta secção, Nussbaum aborda problemas de pessoas que têm certas limitações físicas e psíquicas (pessoas com deficiência) que condicionam a sua vida. Quando fala das limitações de pessoas com alguma deficiência, também se foca no envelhecimento de pessoas ditas “normais” que também ao longo do tempo vão sofrendo certas limitações que as vão condicionando. Para que haja alguma solução para estas situações, Nussbaum refere que é essencial olhar para o problema colocando todas as questões necessárias ao tema, ou seja, é necessário perceber quais as necessidades dessas pessoas, de que forma se podem desenvolver as capacitações dessas pessoas, que apoio é que as pessoas mais idosas

necessitam ter por parte do Estado e por parte das pessoas que fazem parte da sociedade, e uma pergunta central – o é que preciso para que essas pessoas sejam respeitadas e tratadas como iguais?

Para Nussbaum é muito importante tratar todas as pessoas como iguais. Inicialmente, a sociedade tem como função tratar as pessoas com respeito, e em pé de igualdade, tem que existir uma união em torno da solidariedade entre todas as pessoas. Eis como ela própria formula o assunto:

únicamente podremos hacer justicia a las reivindicaciones de las personas con discapacidades si ponemos en entredicho una idea muy fundamental del liberalismo clásico, como es la de que el fin y la razón de ser de la cooperación social es la ventaja mutua o recíproca de los individuos. (Nussbaum, 2012, p. 178)

As pessoas idosas, a maior parte dos casos, necessitam de um apoio e atenção redobrados por parte da sociedade. Estas pessoas passam por alterações muito repentinas que os limitam de exercer muitas das atividades que eram consideradas banais quando eram mais jovens. Esta atenção por parte da sociedade tem que passar pela ajuda de todos (pessoas que fazem parte das sociedades, instituições, estado), tendo em conta o altruísmo, a solidariedade e a benevolência. Todas estas características têm que ser adaptadas a todas as sociedades teoricamente, mas principalmente praticamente, tem que haver uma aposta concreta na educação das pessoas (desde que cada criança nasce) para num futuro próximo todos tenhamos a consciência de que viver requer apoiar os outros, ajudando-os nas suas dificuldades e no desenvolvimento das capacitações humanas que se mostram centrais na vida de cada ser humano.

As pessoas idosas necessitam de cuidados que, muitas vezes, a própria família dá. Nussbaum refere que esse apoio é dado principalmente por mulheres, pois existe forte preconceito no facto de um homem prestar, por exemplo, cuidados de higiene aos próprios pais. É preciso proceder à alteração das mentalidades, adaptando essas mudanças com certas normas por parte do estado que apoiem as pessoas que ajudam os seus familiares mais necessitados. Um exemplo por ela dado dessas normas, foi o seguinte:

Los empleadores tienen que admitir más flexibilidad en el lugar de trabajo y reconocer las obligaciones que tanto a mujeres como a hombres se les plantean en sus propias casas: hay que abordar sin miedos posibilidades como los horarios flexibles, el teletrabajo y otras formas de ajuste. (*Idem*, p. 180)

A autora acredita que a necessidade de apoiar as pessoas mais idosas (mais dependentes) é urgente, que tanto os membros da família dessas pessoas como o Estado as instituições que constituem a sociedade são essenciais na criação de apoios a essas pessoas. Estes têm que se focar nas necessidades em torno da saúde – nas dificuldades que muitos idosos enfrentam como as limitações físicas que fazem com que os mais velhos não consigam fazer certas atividades básicas da própria vida (tal como tomar banho sem ajuda, comer sozinhas, entre outras). O Estado deve proporcionar assistência social a essas pessoas, ou seja, deve promover assistência doméstica, tal como apostar na qualidade e na rapidez de respostas por parte das instituições que promovem a saúde. Como salientou a já citada Sara (2009), a continuação das atividades diárias é muito importante para a vida dos idosos, porquanto:

Estudos realizados nos anos 70 do século XX mostram que as pessoas envelhecem melhor quando participam em muitas atividades (...). Daí que teorias mais recentes defendam que deverá haver uma continuidade nos hábitos, preferências e estilos de vida do idoso. (p.21)

Outro aspeto que é necessário ter em atenção quando falamos de idosos é o apoio tanto nas instituições em que alguns idosos vivem como também dentro do seio familiar. Em relação às instituições, os lares, o Estado tem a obrigação de os supervisionar e promover neles a qualidade, a segurança, o apoio e cuidado, e o amor parte da justiça. Como já referi anteriormente, é muito comum as pessoas mais idosas sofrerem de violência tanto física como psicológica. Essa violência tem que ser travada através do Estado que terá que garantir a segurança dessas pessoas. Mas nem sempre se verifica isso. A dependência dos idosos é muito grande nessas instituições e por isso o risco de sofrer maus tratos pode ser superior. O medo de denunciar essa violência é grande porque podem sofrer devido a essa denúncia, pois muitas vezes é difícil provar que esse tipo de violência acontece dentro de instituições. Dias (2005), em linha com Daniel Pollack, defende que é necessário criar formas de recolher informação e uma

análise cuidada do que se passa em cada instituição onde os idosos podem ser vítimas de vários abusos, entre eles: «(...) a existência de restrições excessivas, a sub ou sobre medicação, a agressão verbal e o abuso material ou financeiro», «(...) processos de infantilização (são tratados como crianças irresponsáveis), de despersonalização (não existe consideração pelas necessidades individuais), de desumanização (são ignorados e não respeitam a sua privacidade) e de vitimização (são agredidos na sua integridade física e moral)» (p. 266).

Tal como já referi anteriormente a preocupação pelos mais velhos iniciou-se na época das Luzes e no séc. XIX surgiram «novas instituições com vista a reincorporação dos idosos na sociedade (e.g. asilos) o seu isolamento passou a ser institucionalizado e a velhice começou a ser encarada como uma doença social.» (*Idem*, p. 251).

Movimentos que se focam na pessoa idosa para que viva com toda a dignidade possível foram surgindo ao longo dos tempos. Esses movimentos tentam garantir cuidados de saúde e de bem-estar para os idosos, defendem os direitos e desejos dos mais velhos ajudando-os na concretização de metas (tais como formação, incentivo em fazer coisas que querem), «associações e movimentos políticos de defesa e promoção dos direitos da pessoa idosa» (*Idem*, p.252).

2.8. A longevidade e a qualidade de vida

Em várias culturas os idosos têm um papel central na sociedade relativamente ao conhecimento que foram adquirindo ao longo das suas vidas. Mas esse reconhecimento não é visto de maneira homogénea em todas as culturas (como já referi anteriormente). Tal como achamos importante desenvolver todo o tipo de capacitações das crianças porque elas estão na fase de aquisição de conhecimentos e capacitações para as suas vidas futuras, é essencial continuarmos a desenvolver essas capacitações ao longo das nossas vidas independentemente da idade que possuímos.

Quero agora relacionar, ainda que de modo breve, a qualidade de vida com a longevidade. Irei responder às questões: a conquista de longevidade está ligada a uma

aquisição de qualidade de vida na camada mais idosa da sociedade? que implicações tem essa longevidade com as capacitações de pessoas idosas? Ou seja, apesar do aspeto positivo de podermos viver mais tempo, isso faz com que haja um aspeto negativo: perdemos o funcionamento das nossas capacitações e a qualidade de vida que tínhamos. Mas mesmo que percamos o funcionamento de certas capacitações será que não é possível adquirirmos o funcionamento de outras capacitações?

Para Nussbaum é importante que as capacitações sejam vistas como parte do nosso mundo, parte das nossas vidas. As capacitações não estão só presentes em teorias, por isso temos que as reconhecer como partes reais do funcionamento das vidas das pessoas. É importante um enfoque social da vida das pessoas, que haja uma atenção do que é e foi a vida de cada pessoa, e o que cada uma delas é capaz de ser e fazer.

Após esse reconhecimento é necessário uma aposta no desenvolvimento dessas capacitações é preciso que diferentes recursos sejam disponíveis a diferentes indivíduos, para que cada um com os recursos necessários desenvolva as suas capacitações e as use na sociedade com toda a liberdade a que tem direito.

Assim, o que é preciso para as pessoas usufruírem de bem-estar e de qualidade de vida? Essa pergunta tem uma série de implicações, pois para que uma resposta se torne clara é importante falar de vários pontos, mas um essencial é o desenvolvimento humano. Nele, está inserida a expansão das capacitações e das liberdades, sendo aspetos valiosos para a apreensão de qualidade de vida e bem-estar.

Sara (2009), apoiada em estudos de Margarida Lima e outros sobre a questão de como ter um bom envelhecimento sugere que «(...) o envelhecimento bem sucedido deverá combinar a longevidade, a saúde e a satisfação com a vida. (...) que o idoso deverá adotar novas atividades e associar-se a um grupo recreativo.» (p. 21)

2.8.1. Definir Qualidade de Vida

Qual a definição da expressão “qualidade de vida”? Continuando com Sara (2009) podemos dizer que para esta questão existem várias respostas diferentes, ou seja, existem várias perspetivas diferentes para definir qualidade de vida.

Pierre Levy, conhecido filósofo francês da cultura virtual contemporânea, e o psicólogo John Anderson sustentaram nos anos 1980 que a qualidade de vida pode ser medida através de alguns aspetos que fazem com que cada pessoa se sinta feliz – «(...) QdV como uma medida composta de bem-estar físico, mental e social (tal como a perceção de cada indivíduo e cada grupo) e de satisfação e recompensa.» (Sara, 2009, p.29).

Outros autores, como Carol Ferrans e Marjorie Powers definiram a qualidade de vida consoante o significado que essa tem para cada pessoa, ou seja, o mais importante é o que cada pessoa sente que a faz feliz, o que a faz sentir bem e ao ter essa perceção pode alcançar a qualidade de vida que pretende – «(...) perfeições de bem-estar do indivíduo, que resultam da satisfação ou insatisfação com dimensões da vida que são importantes para o mesmo.» (*Ibidem*)

Na mesma década ainda, Kenneth Calman, por exemplo, define qualidade de vida como perspectivas que temos do futuro que se vão realizando ou não – «(...) QdV como o ponto em que as esperanças e as ambições são igualadas pela experiência.» (*Ibidem*).

Já duas décadas mais tarde, para Constança Paúl, a qualidade de vida é definida pelo meio em que as pessoas estão inseridas, as pessoas podem ter qualidade de vida se em torno delas houverem fatores que a ajudem a alcançar essa qualidade, por exemplo terem o acompanhamento de saúde necessário (terem as estruturas necessárias), entre outros – «(...) a qualidade de vida e a satisfação com a vida dos idosos varia na medida em que variam os fatores determinantes no envelhecimento bem sucedido: serviços sociais e de saúde, características comportamentais e pessoais, meio físico, características sociais e económicas.» (*Idem*, p.33).

A mesma Constança Paúl também acredita que o indivíduo tem um papel importante na medida da qualidade de vida, pois é o indivíduo que pode avaliar se está feliz com o que tem, se tem alguma necessidade e qual, se o que está em torno de si o faz sentir bem (isso inclui outras pessoas e não só), entre outros aspetos que podem medir o seu bem-estar (Sara, 2009, p.61)

Diga-se, aliás, que Nussbaum parece comungar dessa perspetiva, de que a qualidade de vida pode ser medida através da avaliação que cada pessoa faz de vários

pontos da sua vida (família, amigos, tempos livres, habitação, saúde, entre outros). Nussbaum, recorde-se, seleciona dez aspetos da vida de cada pessoa que necessitam de ser percebidos e avaliados se são realizados na vida de cada indivíduo ou não; vê a vida de cada indivíduo dividida por vários pontos em que, inicialmente, cada um é avaliado individualmente e após essa avaliação todos os pontos são analisados uns com os outros.

É por isso que Nussbaum coloca ênfase nas capacitações “emoções”, “razão prática” e, em parte, “afiliação”, ou seja, que é essencial perceber o que cada pessoa sente, pensa e quer para a sua vida, para que seja possível alcançar uma boa qualidade de vida.

2.8.2. Desenvolvimento Humano – expansão das capacitações e das liberdades

O desenvolvimento humano tem sido um tema muito abordado por investigadores de várias áreas, tanto a nível social, económico, cultural. Amartya Sen e Martha Nussbaum são dois pensadores que dão bastante importância a este tema: desenvolvimento humano.

O desenvolvimento humano é caracterizado como uma realização de qualidade de vida para as pessoas, ou seja, é preciso haver uma investigação aprofundada da sociedade em que estamos a intervir (perceber como as pessoas pensam, as características da sua cultura, que direitos e deveres têm, que valores defendem, que medos e limitações têm) para podermos proceder à mudança necessária alcançando o nosso objetivo final que é a qualidade de vida dos seres humanos. Crocker (1993) sintetiza o modo como Nussbaum e Sen entendem o conceito de “desenvolvimento” deste modo:

O desenvolvimento tem por objetivo último melhorar os tipos de vida que seres humanos estão vivendo. Tanto em teoria quanto na prática, em consequência, o desenvolvimento deve ser definido em relação àquilo que seres humanos podem e devem ser e fazer. (1993)

Tanto Martha Nussbaum como Amartya Sen se focam numa ética global, ou seja, numa ética que deve ser desenvolvida em todos os países e trabalhada conjuntamente entre todos, apoiando-se uns aos outros para que problemas que existem em todos os países, como a fome, a pobreza, o ambiente e outros possam ser minimizados ou até mesmo solucionados totalmente. Tal como se verifica no excerto que se encontra na obra de Nussbaum *Creating Capabilities*:

Asigna una tarea urgente al Estado y a las políticas públicas: concretamente, la de mejorar la calidad de vida para todas las personas, una calidad de vida definida por las capacidades de estas.

(Nussbaum, 2012, p.39)

Para que estes problemas possam ser solucionados é necessário haver uma investigação empírica do que cada conceito significa concretamente, tal como “qualidade de vida”; isso significa que cada investigador tem que se focar na sociedade em que está a estudar e perceber o que as pessoas dessa sociedade caracterizam como “qualidade de vida”. Aqui em Portugal temos uma ideia do conceito “qualidade de vida” diferente das pessoas que vivem na Índia, pois a cultura portuguesa e a cultura indiana são totalmente distintas uma da outra (tanto nos seus valores, costumes, entre outros aspetos), a nível religioso também são muito diferentes e esse aspeto influencia muito uma cultura. Apesar dos exemplos dados terem sido só a nível cultural e religioso, o fator económico desse país e aspetos mais detalhados como o meio ambiente em que as pessoas que estão inseridas nessa sociedade vivem, a faixa etária e outros fatores que influenciam a forma como as pessoas pensam também são essenciais para esse estudo.

Cada conceito deve ser analisado de todas as formas, pois quando existe um estudo de cada sociedade, o mais importante é perceber o que cada conceito significa para as pessoas que estão inseridas nela. Relativamente ao alcance da qualidade de vida é importante perceber o que as pessoas pensam relativamente ao que é uma vida boa? O que é entendido como felicidade? O que significa ter uma vida digna para cada pessoa? O que as pessoas necessitam para que essa felicidade se realize? Quais as capacitações que as pessoas acham que necessitam de ser desenvolvidas?

Todos estes pontos devem ser analisados e devemos ter em atenção as instituições legais que devem ajudar na promoção da qualidade de vida aos cidadãos. Relativamente

a este aspeto Sen tem uma opinião muito pertinente. Crocker (1993) exprime-a abreviadamente assim: «(...) é a ausência de titularidades legais e de outro tipo a alimentos e à renda, e não a escassez de produtos, que explica de forma causal coisas tais como a fome e a injustiça na família.» (1993).

O facto de não haver esforço para alcançar a mudança desses problemas sociais por parte instituições legais a concretização de uma boa qualidade de vida para as pessoas de cada país se verifica cada vez mais limitada e negada. Perante este aspeto a dignidade de que Nussbaum fala desvanece-se, o bom senso dentro de uma sociedade deixa de existir e se torna-se numa sociedade egocêntrica que ignora as pessoas que necessitam de apoio, abandonando-as e fazendo com que cada uma dessas pessoas não se sinta integrada na própria sociedade gerando consequências tanto para essas pessoas como para toda a sociedade no seu conjunto. Essas consequências seriam verificadas a todos os níveis; um exemplo disso era a nível político onde a participação para a eleição de um governo iria ser posta em causa, pois a parte da sociedade ignorada não iria participar numa eleição da sociedade que a esquece e ignora.

Para que todo este panorama seja evitado, o desenvolvimento humano tem que ser implementado na prática, tendo que cada sociedade desenvolver políticas que ajudem no desenvolvimento das pessoas a todos os níveis, apostando nas capacitações.

A lista de capacitações que Martha Nussbaum criou é uma boa base para que cada sociedade se foque nos pontos essenciais e assim, haja um desenvolvimento humano constante, existam mudanças significativas tanto na vida das pessoas (e consequentemente na sociedade onde vivem e no mundo à sua volta). Sen e Nussbaum aplicam a teoria do desenvolvimento humano na prática, ou seja, tanto Sen como Nussbaum contribuem para que se analise teoricamente uma forma de desenvolver os seres humanos e aplicar essa teoria na prática para que haja realmente uma concretização de qualidade de vida nas pessoas. Tudo o que se mostra essencial na vida dos seres humanos deve ser avaliada, analisada e desenvolvida tanto na teoria como na prática, fazendo com que haja criação de políticas públicas que ajudem na concretização de uma boa vida para as pessoas.

Todo o estudo é feito dentro de cada sociedade, dentro de cada cultura onde tudo é avaliado e aplicado consoante o que as pessoas querem, sentem, pensam e acreditam. Todo o desenvolvimento humano tem que se basear na história da sociedade onde irá

haver mudança. Se não houver o cuidado de analisar a sociedade e cada pessoa que vive dentro dela nunca se irá conseguir aplicar medidas que tenham um resultado positivo para as pessoas e as suas vidas. Nussbaum (1992), por exemplo, acha importante ter em conta na análise do que é essencial para alcançarmos a boa qualidade de vida e, em consonância, afirma:

Devemos perguntar que coisas são tão importantes a ponto de sem elas não considerarmos a vida que temos como uma vida humana. Tal investigação valorativa acerca do que é mais fundo e essencial nas nossas vidas, de modo algum pressupõe um fundamento metafísico externo; ela pode ser uma forma de olhar para nós mesmos, perguntando o que realmente pensamos sobre nós mesmos e o que une a nossa história. (p.215)

Todo o processo de desenvolvimento humano é realizado tanto individualmente como coletivamente. Essas duas formas de desenvolver o ser humano devem ser feitas juntamente, devemos perceber as necessidades e o que cada indivíduo pensa, mas entendê-lo também no seu contexto social como membro de uma sociedade, de uma cultura própria. Cada pessoa tem que ter a oportunidade e a liberdade de conseguir fazer e ser o que quiser, tudo o que é valioso para o ser humano como essencial para a sua vida tem que ser tido em atenção no desenvolvimento e crescimento de cada pessoa, ou seja, todas as capacitações que fazem parte da lista que Nussbaum criou são as oportunidades que cada ser humano deve ter para que consiga alcançar tudo o que deseja para ser feliz.

2.8.3. O envelhecimento e a qualidade de vida

Ao longo dos tempos o ser humano sempre teve uma grande preocupação pelo envelhecimento. Sempre existiu uma busca intensa para atrasar o envelhecimento, tanto a nível estético, como ao nível da saúde física e mental, a melhoria das condições de vida (higiene, alimentação). Todo este processo tem-se revelado eficaz, pois é mais comum as pessoas viverem cada vez mais anos, do que os seus antepassados, tendo uma esperança média de vida cada vez maior. Todo este aumento da longevidade nos trouxe

várias vantagens, o facto de podermos viver mais tempo (supostamente aproveitando mais a vida), de podermos contactar com os nossos entes mais queridos durante mais tempo, termos um maior contacto com várias pessoas de diversas gerações fazendo com que todas as histórias que ouvimos sobre tempos de luta, conquistas e mudança tanto do próprio país como de todo o mundo sejam contadas pelas pessoas que as viveram realmente.

Todo o processo do aumento da duração de cada vida humana se deve a várias mudanças que se foram fazendo ao longo do tempo, a todos os níveis, e todas elas se manifestaram na forma de ser e estar das pessoas, fazendo ou tentando fazer com que a vida das pessoas melhorasse.

Apesar de a longevidade mostrar aspetos muito positivos para a vida de cada ser humano, também pode gerar consequências na saúde das pessoas mais velhas, o corpo e o cérebro humano começam a perder certas características fazendo com que essas pessoas se sintam mais débeis. As consequências do aumento da longevidade também trazem mudanças psicossociais, tal como a perda de papéis sociais, ou seja, as pessoas mais velhas vão deixando de fazer parte da população ativa e muitas vezes são vistas como um peso para a sociedade que as sustenta, pois os recursos financeiros mostram-se cada vez mais escassos para proporcionar um apoio a nível social e de saúde (os jovens ativos são cada vez menos e os mais idosos a necessitar de apoio são cada vez mais). Estas dificuldades também se verificam nas famílias gerando atitudes de rejeição, violência contra os mais velhos e falta de respeito pela dignidade dessas pessoas.

Tendo em atenção todo este panorama devem ser tomadas medidas que apoiem as pessoas mais velhas. As suas capacitações devem ser criadas, desenvolvidas e protegidas. Cada política pública que é gerada deve ter em conta todos os membros da sua sociedade, cada ação é fundamental para o desenvolvimento humano e assim uma melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Verificando todos os aspetos anteriores, será que o aumento da longevidade está relacionado com a aquisição de qualidade de vida nas pessoas mais idosas?

O facto de se viver mais tempo não implica que se viva bem. A qualidade de vida não se verifica pelo facto de termos mais tempo para viver, mas sim de como agimos durante todo esse tempo. Um facto que pode ser vantajoso viver mais tempo

relacionado com a qualidade de vida é que temos mais tempo para alcançar uma vida boa, ou seja, quando mais tempo vivermos mais oportunidades podemos ter para alcançar uma boa vida.

Neste aspeto os idosos têm uma vantagem maior relativamente aos mais novos. Pelo facto de vivermos mais e assim termos mais conhecimentos, mais experiência de vida, ao chegarmos a uma idade madura as nossas escolhas se mostram mais bem direccionadas, efetivas e determinadas do que uma pessoa que viveu menos tempo.

O facto de vivermos mais tempo dá-nos a possibilidade de perceber melhor o que queremos na realidade e a busca do que devemos fazer para alcançar uma boa vida se torna cada vez mais concreta e esse objetivo se torna cada vez mais próximo.

Assim, juntando a aquisição de conhecimento de vida e a experiência de vida das pessoas mais idosas com a criação de políticas públicas que apoiem os mais velhos nas suas necessidades (percebendo quais as suas limitações, o que querem e desejam realmente) e no desenvolvimento das suas capacitações é possível proporcionar uma boa qualidade de vida a essas pessoas, onde a dignidade e o respeito humano se concretizam.

Capítulo 3. A aplicabilidade da teoria das capacitações: uma ilustração

É fundamental haver uma preocupação com a sociedade, mas, mais do que isso olhar cada indivíduo como um todo no contexto dessa mesma sociedade. Cada pessoa deve ser vista como um fim em si mesma e não como um meio para atingir este ou aquele fim, tal como Kant o reivindicou.

É preciso compreender que as pessoas são diferentes e precisam de atenções e recursos diferentes para que possam desenvolver as suas capacitações individuais.

Para Nussbaum o estado tem uma tarefa central na implementação de políticas públicas que façam com que as instituições reconheçam as necessidades de cada indivíduo, que lhes dê as oportunidades e os recursos necessários para descobrir as suas capacitações e as expandir.

Os idosos são uma parte da sociedade muito significativa (falando da sociedade portuguesa, mais concretamente) que tem bastante necessidade de apoios em relação à segurança, mas essencialmente à saúde. As pessoas que pertencem à faixa etária mais idosa, normalmente, têm uma saúde débil que precisa de muitos cuidados específicos e muitas vezes dispendiosos. Em alguns casos esses custos são suportados pelo estado, mas a maior parte deles são pagos pelas famílias que têm idosos a seu cargo.

Na nossa sociedade, pode dizer-se que a maioria dos idosos vive de três formas distintas: uma parte vive sozinha (pois normalmente um dos cônjuges morre mais cedo), muitas vezes vivem isoladas e sem apoios por parte da família; outra parte vive com alguns dos seus familiares mais próximos e essas pessoas tornam-se seus cuidadores, ajudando-os nas suas tarefas diárias; outra ainda é a dos que residem em instituições que se denominam “lares” onde vivem em comunidade com outras pessoas da sua faixa etária. Nessas instituições os mais velhos têm todos os apoios que necessitam, tanto a nível de cuidados de saúde, higiene, alimentação, segurança, e existe convivência entre todos os que habitam a instituição.

Na dissertação *Qualidade de Vida e Bem-Estar Psicológico em Idosos* são abordadas as áreas de bastante importância na investigação de como alcançar uma boa qualidade de vida. Afirma a esse respeito a sua autora:

Relevância científica e social de se investigar sobre as condições que interferem no bem-estar na senescência e os fatores associados a QdV de idosos, no intuito de criar alternativas de intervenção e propor ações e políticas na área da saúde, que respondam as necessidades da população que envelhece. (Fleck, Chachamovich, & Trentini, 2003).

(Sara, S., 2009, p.33)

3.1. Apoio aos idosos

Todos os idosos necessitam de apoio seja qual for a situação em que vivem, ou seja, se viverem sozinhos devem ter todos os apoios necessários para a criação e desenvolvimento das suas capacitações, devem ser asseguradas todas as suas necessidades básicas (habitação, alimentação, cuidados de saúde, segurança) como se vivessem com familiares ou em instituições que cuidam delas. No caso das famílias que lhes prestam esses cuidados devem ter os apoios financeiros necessários e o apoio de terceiros que ajudem no cuidado aos idosos (estes apoios devem ser garantidos por parte do estado). Relativamente às instituições, deveria haver um acesso mais facilitado para que todos os idosos pudessem usufruir de todos os cuidados das instituições (o que acontece é que os lares são lugares muito dispendiosos que só idosos com posses financeiras têm a possibilidade de frequentar), mas muitas vezes são sítios de maior fragilidade para o idoso, pois «(...) alguns tendem a promover, entre os idosos, atitudes de dependência e não lhes proporcionam oportunidades para que cuidem de si próprios e assumem certas responsabilidades.» (Dias, 2014, p. 266). Assim, o estado tem a obrigação de supervisionar e garantir uma boa qualidade desses apoios dados pelas instituições.

Estes pontos abordados representam dispendiosas fontes de gasto para o estado. Para que possam garantir todos estes cuidados é necessário gastar bastantes recursos, principalmente a nível financeiro e por isso devemos estudar e analisar se existem outras soluções que diminuam os gastos e, principalmente, garantam uma melhoria na qualidade de vida das pessoas mais idosas de forma a que possam viver uma vida boa.

Sara (2009) realça na sua dissertação a importância que a sociedade pode ter na vida dos idosos, dando destaque ao apoio, porquanto afirma: «[c]om base nos estudos de Liang, Krause e Bennett (2001), as trocas sociais – dar apoio, receber apoio – podem constituir-se como experiências importantes para o desenvolvimento de bem-estar psicológico.» (Sara, S., 2009, p.27)

Margarida Lima, por seu turno, na entrevista que concedeu à *Revista Peritia*, aborda a capacidade que a sociedade portuguesa tem para dar resposta às necessidades das pessoas idosas que vão surgindo ao longo do tempo. Esta autora refere que as necessidades que cada pessoa tem são sempre distintas de pessoa para pessoa. Para que a solução a essas necessidades seja dada é essencial adaptar a sociedade para novos desafios, novos pontos de vista mais dinâmicos e com respostas rápidas e inovadoras. Na citação seguinte, em resposta à questão “a sociedade portuguesa está preparada para dar resposta às necessidades dos idosos?” diz:

As pessoas são muito diferentes e envelhecem de muitas formas diferentes. Neste sentido, a capacidade de darmos resposta às necessidades da população idosa depende da nossa capacidade de darmos respostas criativas e diversas a novos problemas. Para que tal aconteça recomendaria a formação e o respeito pelo outro (o mais velho, por outras palavras “nós” daqui a pouco tempo.).

(S. a., 2009, p. 2)

Como se verifica nesta citação, o respeito que devemos ter por todos é muito importante para darmos resposta às necessidades dos mais velhos. Com a existência deste respeito a sociedade se torna mais sensível e mais atenta aos problemas que o outro possa ter. Uma sociedade com esta consciência tem a capacidade de investigar que tipo de soluções podemos oferecer para as necessidades apresentadas com o envelhecimento.

Margarida Lima, nessa mesma entrevista, refere a carência dos estudos realizados em Portugal relativamente aos idosos – «A investigação nesta área em Portugal ainda está na sua infância.» (S. a., 2009, p. 2), as soluções que a nossa sociedade dá, ainda são muito precoces e existem opções alternativas que devemos investir, tal como verificamos na seguinte citação:

(...) investigação sobre o impacto da intervenção psicológica no bem estar das pessoas mais velhas.”; “Estamos, por exemplo, muito agarrados aos lares e aos centros de dia... quando há muitas mais possibilidades, como os condomínios fechados, o apoio à residência, as comunidades de auto-gestão. (*ibidem*)

3.1.1. Apoio aos idosos através da tecnologia: o exemplo dos “carebots” no 4TU

Nesta subsecção irei falar sobre alguns estudos recentes que estão a ser feitos relativamente ao apoio dado a idosos ao nível das suas capacitações.

4TU é o conjunto de quatro Universidades holandesas que formaram um centro de ética e tecnologia. Um dos seus projectos se dedica à criação de tecnologia que possa colmatar a diminuição de capacitações que os idosos vão sofrendo com o avanço da idade (projecto financiado com a doação da Organização Holandesa de Pesquisa científica como parte do seu programa “Responsible Innovation”).

Neste projeto foram aplicadas as ideias de Nussbaum, mais concretamente, a lista das capacitações. Esta aplicação de ideias éticas e políticas influencia o design da tecnologia criada, ou seja, este projeto investiga como a abordagem das capacitações pode ser utilizada em inovação tecnológica e design de engenharia.

Trata-se, com efeito, de um estudo centrado na hipótese de criar “robôs assistencialistas” (designados por “robôs de cuidados” ou “carebots”) que apoiem as pessoas idosas a todos os níveis, ou seja, existirem robôs que ajudem os mais idosos nas suas atividades diárias, que os auxiliem nas suas necessidades de saúde.

Para que este objetivo seja atingido, é necessário haver um estudo intenso do que a pessoa, que vai usufruir deste cuidado, necessita a todos os níveis, quais as suas limitações, que doenças tem, quais as capacitações que necessitam de ser desenvolvidas a essa pessoa, o conhecimento profundo da vida e da personalidade da pessoa é essencial para que essa adaptação (uma pessoa idosa a interagir com um robô) tenha resultados positivos na vida do idoso.

Os “carebots” podem servir como um ativador de memória para os idosos, ajudar a facilitar os seus movimentos, tal como é referido na descrição do projeto holandês *Carebots and the good life: An anticipatory ethical analysis of human-robot interaction in (health) care*, demonstrado na citação seguinte:

For instance, they can be used to assist ill and elderly people by monitoring them, by reminding them to take their medicine, by helping them with rehabilitation, by delivering drugs, by moving them around, and by assisting them with domestic tasks.

(Centre for Ethics and Technology, 2008).

Toda esta tentativa de criar e implementar os “carebots” gera bastante controvérsia ética. Várias questões começam a surgir em torno do que é certo e do que é errado, ou seja, se é correto substituir a interação humano-humano por humano-robô (não por completo), se os objetivos traçados irão ter sucesso. Mas a questão essencial para nós é se esta interação, humano-robô, irá fazer com que os idosos consigam atingir uma boa ou melhor qualidade de vida.

Estas questões ainda não têm respostas concretas, mas o objetivo traçado para ajudar na melhoria da qualidade de vida das pessoas com mais dificuldades terá bastante sucesso se for concretizado de forma cuidada e bem estruturada.

Essa estruturação passa pela própria conceção (design) do robô, a passagem da imaginação para o real pode ser concretizada através da junção do estudo aprofundado das capacitações e da tecnologia. Nesse projecto devem ser desenvolvidos estudos concretos da lista das capacitações e todos os conceitos que influenciaram a criação da lista de Nussbaum, tal como estudos das necessidades e características dos idosos para que a tecnologia adequada seja criada.

Os “carebots” como robôs de cuidados de saúde podem trazer bastantes benefícios para a saúde de pessoas idosas, através do apoio dado podem fazer com que exista uma melhoria significativa relativamente à saúde dos mais velhos.

Mas, apesar dos vários apoios que estes robôs podem dar é possível que as pessoas idosas consigam alcançar uma boa qualidade de vida? Estas pessoas necessitam

de cuidados de saúde, mas também de cuidados que diminuam a solidão e aumentem a saúde emocional, só assim é possível alcançar um equilíbrio.

3.1.2. Cuidados a nível emocional

Quando falamos de cuidados de saúde direcionados a idosos, estamos a falar de apoios tanto nas suas necessidades diárias tais como garantir uma higiene diária adequada, uma boa alimentação, ajuda nas atividades que a pessoa queira e/ou precise fazer, tal como ajudar a levantar, a andar, e outras necessidades, mas também minimizar a solidão que estas pessoas possam sentir.

Relativamente aos robôs o apoio que podem dar nas atividades diárias e no cuidado de saúde (haver assistência imediata sempre que uma pessoa idosa necessite) é muito vantajoso para os mais velhos, tendo sempre garantia de que irão ter auxílio em todas as situações que precisarem.

Mas relativamente à solidão que muitos idosos sofrem? Será que um robô pode substituir um humano no conforto (no amor e carinho) que deve ser dado aos idosos? Será que um robô poderá minimizar a solidão que os idosos muitas vezes sentem? Para que os idosos se sintam menos solitários e isolados é necessário haver diálogo, ou seja, terem a oportunidade de falar com alguém sobre o que lhes apetecer e obterem resposta consoante o que falarem. Será que esse tipo de interação é possível ser feito entre um robô e um humano?

Na já referida descrição do projeto *Carebots and the good life: An anticipatory ethical analysis of human-robot interaction in (health) care* é abordada a criação de robôs que interagem com os seres humanos de forma tão real, tão humana (também têm um aspeto humano), como se tivéssemos com uma pessoa igual a nós que age como uma pessoa, e também podem ser uma boa companhia para os idosos, afastando-os da solidão.

O facto de nos darem acesso a cuidados de saúde de qualidade direcionados a nós próprios é muito importante para chegarmos ao nosso objetivo: uma boa qualidade de vida. Mas se não nos for garantido a atenção, o cuidado a nível emocional, o amor e

carinho que a interação com pessoa nos proporciona, nos tornamos máquinas tal como as que criamos e assim não é possível encontrarmos a felicidade que tanto procuramos.

No Japão também têm desenvolvido vários projetos em torno de robôs no apoio aos idosos. Esses robôs apoiam fisicamente os mais velhos, mas também emocionalmente. Existem robôs que auxiliam nos exercícios físicos diários dos mais velhos, outro que se dedica ao apoio do cuidado emocional, tem movimentos e produz sons de animal ou de um bebê, sendo uma forma de diminuir a depressão nos mais velhos devido à solidão. Existem também outros robôs que ajudam as pessoas acamadas em algumas tarefas, tal como pegar alguma coisa do chão, pegar nessas pessoas e transportá-las para outro sítio.

A criação desses robôs é vista, no Japão, como uma mais-valia para o auxílio do trabalho dos prestadores de cuidados aos mais velhos. Com esse apoio os cuidadores podem perceber quais as necessidades que cada idoso tem, e sempre que uma pessoa mais velha ficar sozinha pode ter o auxílio de um robô. Mas estes e outros robôs ainda se encontram em fase de testes, onde muitas alterações e desenvolvimentos terão que ser feitos.

Esses projectos em desenvolvimento têm sido falados através de artigos online e já existe uma pequena pesquisa sobre este assunto, como é o caso do trabalho de conclusão de curso titulado por “Atividades Lúdicas com a Robótica Aplicada aos Idosos” que tem como autora Jackeline Venson Magahim da Universidade Federal de Santa Catarina. Esta autora afirma a importância deste desenvolvimento da seguinte forma:

O uso da robótica neste contexto é bastante utilizado em países desenvolvidos, principalmente no Japão. Vários modelos de robôs já foram apresentados à sociedade mundial com o mesmo objetivo: facilitar e ajudar na melhoria da qualidade vida das pessoas idosas.

(Magahim, J., 2015, p.20).

Estes estudos estão numa fase inicial não tendo ainda uma história que os caracterize, mas é um começo para uma grande investigação em torno da ética e da tecnologia que pode ajudar a proporcionar uma boa qualidade de vida para os mais idosos.

Conclusão

Ao longo desta dissertação abordei a importância de entender as necessidades das sociedades e mais especificamente dos indivíduos inseridos nela, principalmente em relação a pessoas idosas, baseando-me na teoria de Martha Nussbaum para dar a perceber a relevância de uma boa qualidade de vida independentemente da idade que essas pessoas possam ter.

Nesta dissertação esclareci inicialmente alguns conceitos: capacitações vs. capacidades e o que é entendido por “funcionamentos”. Nessa secção inaugural analisei qual o conceito mais adequado entre capacitações e capacidades, baseando-me nas definições que Martha Nussbaum foi dando à sua teoria das capacitações, relacionando essas ideias com as definições encontradas no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

Após essa análise, dediquei a minha atenção à teoria das capacitações de Martha Nussbaum, mostrando como essa teoria surgiu, ou seja, quais os problemas que fizeram com que Nussbaum gerasse a sua teoria e a desenvolvesse. Nesse ponto é verificada a preocupação que Nussbaum tem relativamente ao ser humano, dedicando-se à procura de soluções para minimizar o sofrimento e as injustiças de que vários seres humanos são vítimas. Nussbaum mostra esta preocupação na sua obra *Women and Human Development* onde retrata casos reais de mulheres que são e foram vítimas de violência, abusos tanto físicos como psicológicos e discriminação, violando assim a dignidade da pessoa. Um dos aspetos mais importantes para Martha Nussbaum é o da proteção da dignidade humana.

Devido à preocupação de Nussbaum relativamente à discriminação que muitas pessoas sofrem, à violência, a todos os atos que prejudiquem o alcance de uma boa qualidade de vida, esta pensadora criou uma lista de dez capacitações que são essenciais para a vida de cada ser humano. Isso quer dizer que todas as capacitações criadas devem ser desenvolvidas na vida de cada pessoa, sem exceção, esta lista é a base de podermos alcançar uma boa qualidade de vida e por isso é necessário implementá-la através de políticas públicas que ajudem as pessoas de cada sociedade a concretizá-las.

No segundo capítulo abordei a qualidade de vida em relação à longevidade. Tive o ensejo de problematizar se apesar do avanço da idade podemos ter uma boa qualidade de vida, mas também que vantagens e desvantagens temos ao prolongar o envelhecimento e ainda quais as limitações que os idosos sofrem.

Nas secções e subsecções seguintes abordei a importância de que quando se desenvolve alguma política pública é essencial verificar em que sociedade estamos a implementar, quais as tradições, valores e costumes que identificam essa mesma sociedade, o que é que as pessoas (as de faixa etária idosa, neste caso) pensam, querem, desejam, que hábitos têm, quais as suas verdadeiras preferências para a sua vida, quais as suas necessidades reais para que possam ter uma boa qualidade de vida.

Baseando-me na lista das capacitações que Martha Nussbaum criou, selecionei quais as que se adequavam mais às necessidades das pessoas idosas, para que haja uma maior atenção nessas capacitações e que as mesmas sejam garantidas às pessoas mais velhas. As capacitações selecionadas foram: vida, saúde corporal, integridade corporal, razão prática e afiliação.

Outro ponto essencial desta dissertação é a abordagem relativamente à família. Este aspeto foi referido devido à importância que a família, a maior parte das vezes, tem em relação à vida dos idosos. A família pode ser um lugar de amor, carinho e cuidado, mas nem sempre é assim. Muitas pessoas idosas têm que viver com familiares devido às limitações que sofrem, fazendo com que não consigam realizar sozinhas tarefas do quotidiano, necessitando do apoio de outras pessoas. Mas existem casos de violência contra os idosos dentro do seio familiar e por isso foi um ponto de importância abordar este tema, tentando projetar a atenção à resolução deste problema.

Ao longo da dissertação foram focadas as limitações que as pessoas idosas sofrem (pelo menos a maioria) e referidas as necessidades redobradas que estas pessoas têm, sendo necessário chamar a atenção de todas as sociedades para a importância que estas pessoas têm e tiveram para o desenvolvimento e por isso precisam de todo o apoio e cuidado para alcançarem uma boa qualidade de vida.

A terceira parte desta dissertação foi dedicada ao aflorar do tema emergente dos “carebots”. Nela abordei a importância de existirem robôs que ajudem nos cuidados de saúde das pessoas idosas. Os cuidados de saúde que o robô pode proporcionar aos

idosos têm imensas vantagens e é capaz de ser uma ajuda muito importante para a concretização das necessidades destas pessoas. Em relação à solidão, isolamento que os mais velhos sofrem, a interação com humanos seria a mais indicada, visto que um humano pode dar o amor e carinho que uma máquina não poderá dar.

Projetos como o dos “carebots”, de robôs inteligentes que podem apoiar os cuidadores no tratamento dos idosos ainda estão em fase de testes e é necessário continuar a investigação entre questões éticas e tecnológicas para se chegar ao melhor design que se adapte às características dos mais velhos. Nesta dissertação, como disse, limitei-me a aflorar o tema, embora esteja convencida de que será digno de uma investigação mais aprofundada no futuro.

Em suma, nesta dissertação tive como objetivo mostrar como é fundamental que haja um estudo do que são as capacitações que Martha Nussbaum aborda nas suas obras, o que o desenvolvimento do funcionamento dessas capacitações pode trazer de novo e de positivo para a vida das pessoas, superar a perda de funcionamento de certas capacitações através do desenvolvimento do funcionamento de outras capacitações (ou seja, serem selecionadas certas capacitações que se adaptem à idade e a outras características das pessoas). Mas para que isso aconteça essas capacitações têm que ser reconhecidas e implementadas pelas políticas públicas, para que as pessoas tenham a oportunidade de concretizá-las e assim viver com dignidade e qualidade de vida.

Referências Bibliográficas

Bibliografia ativa:

- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2015). *Estatísticas APAV. Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência (2013-2014)*. Consultado em Dezembro de 2015 em http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Pessoas-Idosas-Vitimas-Crime-Violencia_2013-2014.pdf.
- Barreto, J. (2005), Envelhecimento e qualidade de vida, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras do Porto*, I série. 15, pp. 289-301. Consultado em Dezembro de 2015 em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3733.pdf>.
- Centre for Ethics and Technology (2008). Carebots and the good life: An anticipatory ethical analysis of human-robot interaction in (health) care. Consultado em Janeiro de 2015 em: http://www.ethicsandtechnology.eu/./uploads/PhD_project_carebots_description.pdf.
- Crocker, D. (1993). Qualidade de vida e Desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum. *Lua nova: Revista de Cultura e Política*, (31), 99-134. Consultado a 15 de Setembro de 2014 em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000300006.
- Dias, I. (2005). Envelhecimento e violência contra os idosos. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras do Porto*, I série. 15, pp. 249-274. Consultado a 1 de Dezembro de 2015 em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3731.pdf>.
- Gough, I. (2007-08). El enfoque de las capacidades de M. Nussbaum: un análisis comparado con nuestra teoría de las necesidades humanas. *Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global*, 100, 117-202. Consultado em:

<http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwid5L6dxqvPAhVLUbQKHflBAPEQFggBMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.otrodesarrollo.com%2Fdesarrollohumano%2FGoughEnfoqueCapacidadesNusbaum.pdf&usg=AFQjCNEA8EKtyNK0FXXSt9yxaAM25uv2QQ&sig2=18OTd8qDXKbMq4C6fzcUCw>

- Houaiss, A. & Villar, M. (2003). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, elaborado no instituto António Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C LDA. Lisboa: *Temas e Debates*.
- Magahim, J. (2015). *Atividades Lúdicas com a Robótica aplicada aos idosos*. (Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do Grau de Bacharel). Araranguá. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/133787/TCC_%20Jackeline.pdf?sequence=1
- Nussbaum, M. (1992). *Human Functioning and Social Justice: In Defense of Aristotelian Essentialism*, 202-246. Consultado a 1 de Novembro de 2015 na base de dados JSTOR: http://www.jstor.org/stable/192002?seq=15#page_scan_tab_contents.
- Nussbaum, M. (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades*. Bernet, R. Barcelona: Herder editorial. [2000].
- Nussbaum, M. (2012). *Crear capacidades: propuesta para el desarrollo humano*. Mosquera, A. Barcelona: Paidós. [2011].
- Nussbaum, M. (2013). *Fronteiras da Justiça: Deficiência, Nacionalidade, Pertencimento à espécie*. Castro, S. São Paulo: WMF Martins Fontes. [2006].
- Rawls, J. (2013). *Uma Teoria da Justiça*. Correia, C. Lisboa: Editorial Presença. [1971].
- S.a. (2009). Entrevista com Margarida Lima. *Revista Peritia*. Disponível em: 15 de Setembro de 2009. Consultado em Maio de 2016 em: http://www.revistaperitia.org/wp-content/uploads/2010/04/2.-Gui%C3%A3o-de-Entrevista_-Dra.-Margarida-Lima.pdf

- Sara, S. (2009). *Qualidade de Vida e Bem-Estar Psicológico em Idosos*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Porto. Universidade Fernando Pessoa. Disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1092/1/sarasilva.pdf>
- Sen, A. (2011). *A Ideia de Justiça*. Mendes R. & Bottmann D. São Paulo: Companhia das Letras [2009].

Bibliografia passiva:

- Brito G. & Machado K. (2016). *Liberidade: Japoneses utilizam tecnologia para melhorar vida de idosos*. Online. Consultado a 10 de Agosto de 2016: <http://liberdade.com.br/japoneses-utilizam-tecnologia-para-melhorar-vida-de-idosos/>.
- Gelin, R. (2016). *Instituto de Longevidade: O papel da robótica na sociedade em envelhecimento*. Online. Consultado a 10 de Agosto de 2016: <http://institutomongeralaeon.org/estilo-de-vida/o-papel-da-robotica-na-sociedade-em-envelhecimento>
- Oosterlaken, I. (2013). *Taking a Capability Approach to Technology and its Design*. Online. Consultado a 10 de Agosto de 2016: https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj1kcWM8_bOAhWD6RQKHfTYAwYQFggbMAA&url=http%3A%2F%2Frepository.tudelft.nl%2Fassets%2Fuuid%3Adf91501f-655f-4c92-803a-4e1340bcd29f%2FDissertationIlseOosterlakenFINAL_WithCover_.pdf&usg=A FQjCNEWyWgqyF1Dk-EGa4sQ1-JXwjKahg&sig2=jWzYuyCvvesNvF8t_iKULQ
- Pachón, G. (2013). Democracia y Liberalismo político: la perspectiva de Martha Nussbaum. *Colombia Internacional*, 78, 145-180.

- Reicher, S. (2009). Capacidades e Direitos Humanos: uma análise Conceitual sob a ótica de Martha Nussbaum. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de São Paulo.
- Romero, M. (2003). Cidadania e Igualdade: Capacidades e Necessidades, 59 (1), 47-68. Consultado a 15 de setembro de 2014 na base de dados JSTOR: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/40337880?uid=2134&uid=2484398083&uid=2&uid=70&uid=3&uid=2484398073&uid=60&sid=21104728149273>.
- Tullio, A. & Smiraglia, R. (2012). Debatiendo el papel de la reflexión feminista contemporánea: Judith Butter y Martha Nussbaum. *Online Astrolabio: revista internacional de filosofía*, 13, 443-453. Consultado a 16 de setembro de 2014 em: <http://www.raco.cat/index.php/Astrolabio/article/view/257166/344214>
- Vita, A. (1999). Uma Conceção Liberal-Igualitária de Justiça Distributiva. Online Scielo: Revista Brasileira de Ciências Sociais (14), 39. Consultado a 3 de Janeiro de 2016: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n39/1721.pdf>